

1 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**

3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 1º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias. CEP 80530-915 -
4 Curitiba – Paraná

5
6 **Reunião Extraordinária**

7 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**

8 **CEDCA/PR 20/03/2019**

9

10 No vigésimo dia do mês de março de dois mil e dezenove, às 9h 20min, na Sala de Gestão do 7º
11 andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS**, situada no
12 Palácio das Araucárias na Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, Bairro Centro Cívico, nesta Capital,
13 teve início a Reunião Extraordinária do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do**
14 **Adolescente (CEDCA-PR)**. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Conselheiros**
15 **(as) Governamentais (titulares/suplentes)**: Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil), Antônio
16 Carlos Dourado (SEET), Hermínia R. B. Marinho (SETI), Rosineide Frez (SEED), Angela
17 Mendonça – SEDS; Priscila de Albuquerque Maranhão P. Veiga (SEDS), Marcela Evangelista
18 (SEDS), David Antônio Pancotti (SEJU), Regina Bergamaschi Bley (SEJU), Solimar de Gouveia
19 (SEJU), Cibele Domingues Prado da Luz (SESA), Lenise Rosseto da Silva (SEPL – apenas a
20 tarde). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil (titulares/suplentes)**: Débora Cristina dos Reis
21 Costa (Associação Paranaense de Cultura de Curitiba – APC), Renann Ferreira (Guarda Mirim de
22 Foz do Iguaçu), Hélio Candido do Carmo (suplente - Guarda Mirim de Foz do Iguaçu), Thiago
23 Alberto Aparecido (APAE Santo Antônio da Platina), Vera Lucia Barletta (Associação Fênix),
24 Rodrigo Silva Bonfim (Associação Hospitalar de Proteção à Infância Doutor Raul Carneiro),
25 Adriano Roberto dos Santos (Associação Antônio e Marcos Cavanis), Dinari de Fátima Estrela
26 (Centro de Nutrição Renascer), Maria Tereza Chaves (Associação de Portadores de Fissura
27 Labio-Palatal Cascavel), Ires Damian Scuziatto (Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi
28 Mass-Lions), Maria Leolina Couto Cunha (Associação Cristã de Assistência Social). Também
29 estiveram presentes: Danielle Cristine Cavali Tuoto (Promotora de Justiça); Luciana Linero (CAOP
30 MPPR). **1. ABERTURA:** Cumprimentando os presentes, o presidente Renann Ferreira deu início à
31 reunião, agradecendo a presença de todos. Na sequência, passou-se a prestação de contas do
32 ano de 2018, com revisão das deliberações e plano de ação do ano de 2019 do FIA. **2.**
33 **PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Com a palavra, a conselheira Marcela Evangelista iniciou a
34 apresentação da prestação de contas do ano de 2018. A conselheira Marcela Evangelista
35 socializou os objetivos que norteiam a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social, bem como

36 a sua atuação. Foi feita uma explanação geral sobre o conteúdo do relatório, ressaltando os
37 saldos a pagar; a inclusão das tabelas relativas ao programa liberdade cidadã no fundo a fundo, e
38 também do crescer em família e do acolhimento familiar, que são as duas modalidades do
39 programa; dos fundos que receberam valores referentes a aprendizagem; da qualificação; do
40 enfrentamento a violência e os municípios que receberam o recurso; além de relacionar os
41 municípios que receberam repasses de conselhos tutelares, recursos para enfrentamento às
42 drogas, e por último os que receberam recursos do AFAI. Informa que na Secretaria da Justiça
43 não tem fundo a fundo, e as informações dos repasses foram incluídas de forma individual dentro
44 das deliberações afetas a cada coordenação. Também foi feita a inclusão de informação no
45 relatório sobre as visitas dos conselheiros aos centro de juventude, para monitoramento e
46 acompanhamento das ações que estão sendo realizadas com crianças e adolescentes pelos
47 municípios. Com a palavra, o presente Renann Ferreira colocou o relatório em votação simbólica,
48 ficando aprovado por unanimidade. **Encaminhamento: encaminhar a íntegra do rel atório para**
49 **publicação no site do CEDCA/PR.** O conselheiro Rodrigo Bonfim sugeriu que fosse
50 encaminhado o relatório em formato pdf para os conselheiros, o que foi acolhido. Novamente com
51 a palavra, a conselheira Marcela Evangelista passou a tratar sobre as execuções, iniciando com o
52 FIA doações. O balancete do FIA de dezembro de 2018 constava recurso do FIA doação, sob
53 gerência da SEDS, com saldo financeiro de R\$ 45.197.808,00 (quarenta e cinco milhões, cento e
54 noventa e sete mil e oitocentos e oito reais); tendo uma receita anual de R\$ 16.488.834,56
55 (dezesesseis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta
56 e seis centavos), proveniente de repasses de recursos oriundos de depósitos judiciais (varas da
57 infância e TRT) e doações de imposto de renda que são direcionadas para o FIA Paraná. Em
58 resposta a questionamento feito pela conselheira Débora Costa, a técnica e conselheira Marcela
59 Evangelista disse que as doações ao FIA não são identificadas, e são feitas de maneira informal
60 pelas varas judiciais, sendo que nos casos de repasses pela Receita Federal, fica a cargo das
61 entidades que captam os recursos apresentarem documentos que possibilitam a identificação dos
62 doadores e das doações. A conselheira Maria Leolina e a promotora de justiça Danielle Cavalli
63 sugeriram que fosse feito um ofício para a presidência do TJPR e do TRT, para que orientem os
64 juízes para repassem informações ao CEDCA que possibilitem identificar as doações feitas ao
65 FIA. As conselheiras Débora Reis e Maria Leolina justificam que o CEDCA deve incentivar
66 também as doações aos fundos municipais, por meio de orientação direcionada aos CMDCA's,
67 para que eles articulem o recebimento de doações junto as varas e promotorias locais. A
68 promotora de justiça Danielle Cavalli lembra que o Estado do Paraná e os municípios
69 paranaenses são os maiores beneficiados no Brasil com a doação de recursos oriundos do
70 imposto de renda. A conselheira Dinari Estrela socializou que no município de Guarapuava existe
71 articulação local para o recebimento de doações junto ao Poder Judiciário. A conselheira Marcela

72 Evangelista lembra da importância de se fazerem ações visando aumentar as doações. O
73 conselheiro Rodrigo Bonfim reforçou a fala da conselheira Marcela. Retomada a explanação, a
74 conselheira Marcela Evangelista disse que também compõem as receitas do FIA, as doações de
75 imposto de renda feitas pelas empresas estatais (SANEPAR, Agência de Fomento, COPEL
76 geração e transmissão, COPEL Distribuição, COPEL telecom) e os rendimentos de aplicação
77 financeira. A título de restos a pagar, o saldo é R\$ 10.741.464,84 (dez milhões, setecentos e
78 quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) e R\$
79 112.250,00 (cento e doze mil, duzentos e cinquenta reais) da IX Conferência, do ano de 2015,
80 deve ser estornado e não aparecerá no próximo balancete. O valor de R\$10.629.214,84 (dez
81 milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos)
82 foram relativos ao PASEP, recursos para APACN - projeto criança bem nutrida e outras
83 organizações (Deliberação 08/18 Instituto Andres Kasper; Deliberação 48/18 – Instituto Brasileiro
84 de Transformação Social; Deliberação 73/18 Instituto Bom Aluno; Deliberação 74/18 Hospital
85 Angelina Caron; Deliberação 90/18 Associação Raul Carneiro – Pequeno Príncipe), do banco de
86 projetos. Foi empenhado e está sendo pago em 2019. Os pagamentos feitos em 2018 totalizam
87 R\$ 7.477.759,18 (sete milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove
88 reais e dezoito centavos), e são relativos ao PASEP e a Associação Raul Carneiro – Pequeno
89 Príncipe. O saldo financeiro atual em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 45.393.318,65 (quarenta
90 e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e cinco
91 centavos), sendo o que o saldo total já deliberado para resgate totaliza R\$1.949.450,86 (um
92 milhão, novecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e seis
93 centavos). Os recursos que foram doados mas não foram resgatados totalizam R\$26.761.259,64
94 (vinte e seis milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e
95 sessenta e quatro centavos). Os recursos do FIA estadual que aguardam deliberação totalizam
96 R\$11.582.176,93 (onze milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e
97 noventa e três centavos). Os recursos doados diretamente na declaração de imposto de renda,
98 totalizam o acumulado de R\$ 6.444.867,39 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil,
99 oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos). Deste valor, foi resgatado pelas
100 instituições R\$ 1.344.436,17 (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e
101 seis reais e dezessete centavos), ficando remanescente/saldo a pagar quando as instituições
102 reclamarem, o valor de R\$ 5.100.431,22 (cinco milhões cem mil, quatrocentos e trinta e um reais e
103 vinte e dois centavos). A pedido do presente Renann Ferreira, a palavra foi passada para o
104 presidente do Conselho de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná, senhor Saul
105 Durval, para convidar o CEDCA para a cerimônia que acontecerá no dia 21 de março de 2019, 14
106 h, no Palácio Iguazu, onde será sancionada pelo governador uma lei que estipula o dia estadual
107 para a luta contra a discriminação racial no Estado do Paraná. Com a palavra, o presidente

108 Renann Ferreira agradeceu em nome do CEDCA a presença do presidente Saul e o convite feito.
109 Com a palavra, a técnica e conselheira Marcela Evangelista finalizou as explicações e sanou as
110 dúvidas levantadas sobre o balancete anual do FIA doação. Dando continuidade na apresentação,
111 a técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a discorrer sobre a devolução do TAC, cujo
112 valor consta no relatório. Afirma que houve a devolução no decorrer de todo o ano de 2018, e
113 também no ano de 2019, até o mês de março. No relatório constam os depósitos feitos no ano de
114 2018 e nos anos anteriores, bem como os saldos deliberados e a recomposição. Afirma que a
115 pedido da gestão foi feito um relatório de pendências, que foi entregue na Casa Civil,
116 demonstrando a composição do TAC e dos aditivos. A promotora de justiça Danielle Cavalli chama
117 a atenção para o fato de que no ano de 2019 será finalizada a questão do TAC, e terá início a
118 discussão sobre o percentual do fundo da pobreza que será destinado ao fundo da infância. De
119 acordo com a técnica e conselheira Marcela Divair, a estimativa é que o fundo da pobreza alcance
120 o valor de pelo menos R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) no ano de 2019, em
121 arrecadação. Afirmou também que participou de uma reunião na Secretaria da Fazenda, onde foi
122 informado que a fonte 150 seria creditada de forma separada. A promotora de justiça Danielle
123 Cavalli destaca a importância de o CEDCA receber de forma documental o valor dos recursos
124 destinados ao fundo da pobreza, para possibilitar que o Ministério Público agende uma reunião
125 para discutir qual será o percentual deste recurso que caberá ao FIA para o próximo ano. A
126 conselheira Ires Damian lembra que deve ser acelerado o repasse de recursos ao FIA, devido ao
127 fato de que 2020 é um ano eleitoral, e o CEDCA deve aumentar a execução, pois se não for gasto
128 o recurso não teria como receber novos recursos. Com a palavra, a técnica e conselheira Marcela
129 Evangelista fez a leitura sobre as informações relacionadas ao TAC e as linhas de execução do
130 fundo: R\$ 340.817.718,64 (trezentos e quarenta milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e
131 dezoito reais e sessenta e quatro centavos) de saldo baixado em 2015; R\$ 215.514.337,16
132 (duzentos e quinze milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e trinta e sete reais e dezesseis
133 centavos) de valores deliberados em 2015; Em 2016 houve estorno de R\$ 1.443.626,90 (um
134 milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e noventa centavos). Foi
135 trabalhado nos saldos e estornado o valor de R\$ 14.992.656,76 (quatorze milhões, novecentos e
136 noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos) que foram
137 novamente deliberados (planilha de estornos 64 de 16); Foram executados R\$ 50.290.879,73
138 (cinquenta milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e três
139 centavos). O saldo de negativo de deliberados em 2016 foi R\$ 151.674.427,57 (cento e cinquenta
140 e um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e
141 sete centavos). Em 2017 foi estornado R\$ 11.055.045,00 (onze milhões, cinquenta e cinco mil e
142 quarenta e cinco reais) e executado R\$ 32.737.233,82 (trinta e dois milhões, setecentos e trinta e
143 sete mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos). O saldo negativo deliberado foi

144 R\$129.992.249,20 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e
145 quarenta e nove reais e vinte centavos). Do recurso que havia do saldo baixado, sobrou
146 R\$125.303.381,48 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e três mil, trezentos e oitenta e um
147 reais e quarenta e oito centavos). Este recurso não existe mais, pois foi totalmente deliberado,
148 sendo R\$ 78.392.970,00 (setenta e oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e
149 setenta reais) no ano de 2016 e R\$ 46.910.411,48 (quarenta e seis milhões, novecentos e dez mil,
150 quatrocentos e onze reais e quarenta e oito centavos) em 2017. As informações trabalhadas na
151 reunião são dos recursos deliberados. A conselheira Marcela Evangelista explica que todo ano os
152 saldos são revisados, estornando o que não vai mais acontecer, e deliberando sobre o novo saldo.
153 Quando é falado sobre recurso deliberado, explica que o recurso é transportado para dentro do
154 plano de ação de 2019 para que seja executado dentro da previsão do recurso, que é
155 disponibilizado como teto naquele exercício. Existe uma proposta para ser trabalhada e alterada.
156 Marcela lembra que os valores que estão na proposta não serão acrescidos, tratando-se de
157 valores que já existem, ou seja, não se tratam de recursos novos, mas de valores reservados. A
158 pedido da conselheira Débora Reis, foi especificado que os recursos do FIA anteriores a
159 restituição do TAC são apenas da fonte 131. A técnica e conselheira Marcela Evangelista
160 prossegue falando que depois do exercício de 2017, quando o FIA deixou de receber recursos do
161 DETRAN, continuou havendo o recebimento de recursos da fonte 131 pelo FIA, só que essa
162 receita diminuiu. Em 31 de dezembro de 2017 informa que havia R\$ 32.027.665,13 (trinta e dois
163 milhões, vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e treze centavos) de saldo. No
164 exercício de 2018 a receita totalizou R\$ 4.853.175,06 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e
165 três mil, cento e setenta e cinco reais e seis centavos). A técnica e conselheira Marcela
166 Evangelista explica que a entrada de receita é controlada pela divisão de receita da Secretaria da
167 Fazenda, e a informação é repassada por eles ao FIA, através de planilhas. Informa que na fonte
168 131 foi empenhado R\$ 23.509.804,75 (vinte e três milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e
169 quatro reais e setenta e cinco centavos), e que existem empenhos nas fontes 102 e 150 também.
170 Prossegue, afirmando que no ano de 2018 houve o estorno de R\$ 196.433,34 (cento e noventa e
171 seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), e foi deliberado
172 R\$6.657.640,36 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e
173 trinta e seis centavos). Os restos a pagar de 2018 representam R\$ 2.303.366,21 (dois milhões,
174 trezentos e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte um centavos). Afirmou também que
175 existe um superavit de R\$ 6.777.065,42 (seis milhões, setecentos e setenta e sete mil, sessenta e
176 cinco reais e quarenta e dois centavos) que pertence a fonte 131, que pode ser deliberado pelo
177 CEDCA. O saldo do FIA doações representa R\$ 3.582.000,00 (três milhões, quinhentos e oitenta
178 e dois mil reais). Em virtude de algumas dúvidas levantadas pela conselheira Débora Reis sobre
179 as fontes dos recursos, a técnica e conselheira Marcela Evangelista esclareceu que atualmente os

180 recursos são relativos a três fontes, quais sejam, fontes 131, 102 e 150. Explicou que a devolução
181 do TAC está sendo feita pela fonte do fundo da pobreza, e que alguns pagamentos foram
182 deliberados por uma fonte, mas pagos por outra. Lembra, porém, que existe controle desses
183 recursos, explicando a forma didática como é feita a movimentação das contas relativas a cada
184 fonte e suas vinculações. No orçamento de 2019 somente aparece a fonte 150. No exercício de
185 2018 não existia a fonte 150, apenas as fontes 102 e 131. Justifica que o TAC começou a ser
186 restituído com o primeiro acerto feito em 2016, e a partir de 2017 foram pagas parcelas mensais.
187 Em 2017 foram pagos com recursos do TAC o valor de R\$56.247.569,13 (cinquenta e seis
188 milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos) já
189 deliberado. Até 31 de outubro de 2018 foi pago R\$22.857.936,19 (vinte e dois milhões, oitocentos
190 e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e dezenove centavos). Entre 01 de
191 novembro de 2018 até 06 de novembro de 2018 foi pago R\$ 2.845.569,13 (dois milhões,
192 oitocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos). Houve a
193 restituição parcial de recursos pela Secretaria da Fazenda, vez que ainda faltaria restituir o valor
194 de R\$ 4.165.821,70 (quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e
195 setenta centavos). Informa que terá que ser feito um ofício fazendo a solicitação de restituição, e
196 pede que o assunto seja deliberado pelo CEDCA. Prossegue, afirmando que dos recursos que
197 foram deliberados, que eram da fonte 131, e que estão dentro dos R\$ 340.000.000,00 (trezentos e
198 quarenta milhões de reais), estão R\$ 237.425.676,06 (duzentos e trinta e sete milhões,
199 quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos) que não foram
200 empenhados, e somado a isso, tem o estorno feito no final do exercício de 2018, de R\$
201 51.370.063,38 (cinquenta e um milhões, trezentos e setenta mil, sessenta e três reais e trinta e
202 oito centavos), que já foi deliberado de forma separado. O total deliberado sem empenho
203 representa R\$ 288.795.738,44 (duzentos e noventa e oito milhões, setecentos e oitenta e cinco
204 mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Desse valor, em 2018 foi
205 empenhado R\$ 71.270.238,76 (setenta e um milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e trinta e
206 oito reais e setenta e seis centavos), e houve estorno de R\$ 1.836.860,85 (um milhão, oitocentos
207 e trinta e seis, oitocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos). O estorno é que quando
208 tinha um empenho antigo, que não vai mais acontecer, e o dinheiro volta para conta de deliberado
209 sem empenhar, voltando para o saldo de recurso. O saldo de empenho em 2018 era
210 R\$69.433.977,91 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e setenta
211 e sete reais e noventa e um centavos). Sem empenhar, existe o valor de R\$ 219.998.785,53
212 (duzentos e dezenove milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais
213 e cinquenta e três centavos). A conselheira Débora Costa manifestou preocupação com a forma
214 de execução dos recursos, propondo que se inicie uma discussão sobre o que pode ser feito para
215 melhorá-la. A conselheira Ângela Mendonça propõe ações de descentralização, com apoio do

216 CEDCA aos conselhos municipais com aporte de recursos. Faz um breve relato sobre as
217 dificuldades que são vivenciadas na execução dos recursos pelos programas que são de
218 responsabilidade estadual, e propõe um debate sobre defesa e garantia de direitos, que deve ser
219 inserido no contexto da política e de quem faz a execução, no caso os municípios. Novamente
220 com a palavra, a técnica e conselheira Marcela lembra que o valor que existe livre do TAC
221 representa saldo de R\$ 174.326.316,25 (cento e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e seis
222 mil, trezentos e dezesseis reais de vinte e cinco centavos), desconto o que tem que ser ressarcido
223 e o RP. No exercício 2019 será recebido R\$ 85 milhões, que é uma previsão sem a correção, e
224 sem o rendimento de aplicação financeira. A perspectiva da conselheira Marcela Evangelista é
225 que a partir do mês de agosto de 2019 o CEDCA já teria recursos novos, oriundos de receitas
226 vindas da correção monetária e do rendimento da aplicação financeira, tendo em vista que foi
227 concluída a recomposição de R\$ 340 milhões de reais. A técnica e conselheira Marcela
228 Evangelista prossegue fazendo um resumo dos empenhos com o fundo da pobreza, no valor de
229 R\$ 47.760.434,00, e da fonte 131 o valor de R\$ 23.509.804,75 (vinte e três milhões, quinhentos e
230 nove mil, oitocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos), totalizando R\$ 71.270.238,76
231 (setenta e um milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e seis
232 centavos). Os pagamentos TAC e fundo da pobreza somam R\$ 42.499.554,66 (quarenta e dois
233 milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e
234 seis centavos). Os pagamentos da fonte 131 alcançam R\$ 21.339.234,00 (vinte e um milhões,
235 trezentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais), e o total pago no ano foi R\$
236 63.838.756,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e
237 seis reais). A respeito dos valores pagos, a técnica explica que houve um aumento na quantidade
238 de recursos pagos, que ficaram em torno de 90% (noventa por cento) do que foi empenhado em
239 2018, vez que anteriormente havia muito empenho, mas sempre ficavam muitos restos a pagar. A
240 esse respeito, o presidente Renann Ferreira lembrou que por ocasião de uma reunião teria sido
241 solicitado informação dos valores pagos nas modalidades “fundo a fundo” e editais. A técnica e
242 conselheira Marcela Evangelista explicou que o sistema SIAF não possibilitava esse tipo de
243 informação, e que estão sendo feitos ajustes nos relatórios, e acredita que até abril isso estará
244 fechado. Fazendo um levantamento parcial dos valores com base nas informações que tem em
245 suas planilhas, afirma que foi pago de “fundo a fundo” o valor de R\$ 34.611.128,64 (trinta e quatro
246 milhões, seiscentos e onze mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos) e de
247 editais, via entidades, o valor de R\$ 11.025.603,88 (onze milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e
248 três reais e oitenta e oito centavos). O valor de repasse é referente ao Edital 02, Deliberação 03
249 (Congresso Conselhos Tutelares), Deliberação 04/2017 (aquisição de bens móveis para
250 Conselhos Tutelares), Deliberação 06/2017 (Criança com Deficiência). Foram autorizados 27
251 (vinte e sete), empenhados 19 (dezenove) e pagos 11 (onze). Nos editais, a técnica justifica que

252 houve atraso, por conta de mudança de gestão e da realização de ajustes pela nova equipe do
253 gestor. Afirma que o edital de obras deve ser retomado a partir de abril, podendo demorar um
254 pouco mais, por uma questão legal entre o marco regular e o decreto, exigindo talvez uma
255 negociação junto a PGE e os procuradores para fazer alteração. Os editais do protagonismo, do
256 controle social e da conferência também estão pendentes, e logo devem ser retomados. **A pedido**
257 **das conselheiras Débora Reis e Ângela Mendonça, reforçado pela promotora de justiça**
258 **Danielle Cavalli, ficou registrado em Ata que do valor deliberado pelo CEDCA, de R\$**
259 **237.425.676,06 (duzentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil,**
260 **seiscentos e setenta e seis reais e seis centavos), foi executado apenas o percentual**
261 **aproximado de 27% (vinte e sete por cento), totalizando R\$ 63.838.756,00 (sessenta e três**
262 **milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais). Também ficou**
263 **registrado que existem deliberações do ano de 2005 em aberto.** A respeito dessa informação,
264 diversos conselheiros fizeram uso da palavra, reforçando a necessidade que o CEDCA volte sua
265 atenção também para adotar ações voltadas para agilizar a execução dos recursos, por meio da
266 criação de novos mecanismos ou aperfeiçoamento daqueles já existentes. A conselheira Regina
267 Bley disse que as melhorias na execução passam por uma discussão não só quantitativa, mas
268 também qualitativa. O conselheiro David Pancotti ressalta de acordo com a sua experiência, que é
269 necessário o CEDCA prezar pela efetividade na execução dos recursos, que, na sua visão,
270 somente acontecerá com a quebra de paradigmas, através de uma parceria com todos os entes
271 públicos corresponsáveis pela execução. A conselheira Ângela Mendonça chama a atenção para
272 a necessidade do conselho estabelecer ou reforçar as pautas permanentes existentes, entendidas
273 como aquelas que dão melhores condições de atuação do CEDCA e dos municípios atuarem,
274 criando estratégias para otimizar os repasses de recursos, a exemplo do que existe em âmbito
275 federal, no FUNDEB. A conselheira Ires Damian reforça a iniciativa levantada na falas anteriores,
276 falando do distanciamento atual do conselho na aplicação dos recursos, e do enfraquecimento dos
277 conselhos municipais por falta de um fluxo contínuo de repasses. O conselheiro Rodrigo Bonfim
278 pontua duas preocupações, a primeira delas a necessidade de se pensar sobre as diferenciações
279 entre política estadual e municipal, entendendo a realidade de cada uma como forma a buscar um
280 equilíbrio. Também esclarece que o funcionamento do FIA difere dos fundos de pagamentos
281 regulares, como o FUNDEB, pois exigem previsão orçamentária. No seu entender, políticas de
282 pagamentos regulares não devem ser de responsabilidade do FIA, mas do governo estadual. Com
283 a fala, o conselheiro David Pancotti reforça a fala do conselheiro Rodrigo Bonfim quanto as
284 particularidades da execução do orçamento público, e tem notado que nas deliberações de obras,
285 onde há liberação de recursos para a construção de conselhos tutelares, por exemplo, não há
286 checagem se o município tem terreno e certidões. A conselheira Débora Costa discorda da fala da
287 conselheira Ires Damian, colocando na sua visão que o conselho tem fortalecido ações junto aos

288 conselhos municipais, e que estes tem mantido diálogo permanente com o CEDCA, concordando
289 que existe falha do conselho na questão da escola de conselhos. O conselheiro David Pancotti
290 propõe mudanças nesse processo. A conselheira Débora explica ao conselheiro David Pancotti
291 que o município apenas adere ou não ao recurso, havendo a checagem posterior da
292 documentação. A promotora de justiça Danielle Tuoto propõe como forma de melhorar a execução
293 dos recursos, que sejam estabelecidos critérios mais restritivos pelo Conselho, nos editais, para a
294 sua execução. A conselheira Angela Mendonça chama a atenção para que o CEDCA intensifique
295 suas ações, principalmente aquelas que tenham natureza estratégica, como forma de melhorar o
296 controle social. A conselheira Maria Leolina registra progressos ocorridos, como a execução fundo
297 a fundo e a elaboração de notas técnicas direcionadas aos CMDCA's, porém ressalta a
298 necessidade do conselho avançar. Aproveita sua fala para cobrar efetividade em outras áreas,
299 destacando o programa escola de conselhos e obras, pois a demora na execução tem provocado
300 prejuízos, inclusive para o atendimento de varias organizações que atuam no acolhimento. Alerta
301 que o conselho precisa fomentar as políticas que não sejam de ação continuada, presentes nos
302 orçamentos do estado e dos municípios, citando os programas crescer em família, família
303 acolhedora e centros de defesas dos municípios. A conselheira Marcela Evangelista explica em
304 relação as obras, que havia um projeto da União que os municípios tiveram que se enquadrar,
305 mas o projeto foi questionado e tudo teve que ser refeito e readequado, causando atrasos e
306 prejuízos. Num segundo momento, muitos terrenos indicados pelos municípios não puderam ser
307 utilizados. A conselheira fala que sempre existem problemas na parte de obras, que atrasam a
308 execução do recurso. Expõe que em relação ao formato dos editais e a execução, que o mesmo é
309 aprovado pela PGE. Afirma que já foi solicitado a correção do decreto da deliberação de obras,
310 mas esta providência somente acontecerá se a PGE mudar seu entendimento e ficar convencida
311 da existência do erro. Já em relação aos repasses, Marcela informa que houve um entrave na
312 PGE, fazendo com que fossem retomadas as MCOs. Arremata dizendo que questões burocraticas
313 e eleitorais dificultam a execução dos recursos. A respeito da possibilidade da PGE ter assento no
314 conselho, tal fato exigiria alteração legislativa. A promotora de justiça Danielle Tuoto faz reflexão
315 sobre o papel do Conselho e do FIA enquanto instrumento de financiamento de politicas
316 complementares em ambito estadual, explicando que no Paraná acontece uma logica diferente
317 sobre a aplicação dos recursos, que em parte acabam financiando obras e programas continuos
318 que deveriam estar contemplados no orçamento estadual. Com a palavra, a conselheira Regina
319 Bley sugere que a PGE seja convidada para as reuniões mensais do CEDCA, na pessoa do
320 representante do GT de Direitos Humanos criado dentro da sua estrutura para zelar pela garantia
321 de direitos e agilizar processos. A conselheira Angela Mendonça sugere que as deliberações do
322 CEDCA sejam enviadas por e mail para os conselhos municipais, para que sejam pautadas nos
323 informes. A conselheira Débora Costa entende que seria interessante a Secretaria da Fazenda ter

324 assento no Conselho, para ajudar na agilização dos assuntos financeiros, e que o CEDCA passe a
325 manter mais contato com os conselhos municipais por e mail. A conselheira Ires reforça a
326 importância do contato com os conselhos municipais via e mail, para fins de registro das
327 informações. A promotora de justiça Luciana Linero sugere como forma de melhorar a
328 comunicação do CEDCA com os conselhos municipais, a elaboração de informativos mensais
329 contendo os links das deliberações. A conselheira Angela Mendonça sugere, caso seja aprovada o
330 informativo, que a sua confecção fique a cargo da comunicação da SEDS. A promotora de justiça
331 Danielle Tuoto sugere como forma de melhorar a comunicação do CEDCA com os conselhos
332 municipais, que seja encaminhada a pauta das reuniões mensais e um link para visualização da
333 reunião via internet. **Com a palavra o presidente Renann Ferreira disse que já está deliberado**
334 **que toda reunião plenária do CEDCA, ordinária ou extraordinária, realizada na sala de**
335 **gestão da SEDS será transmitida aos escritórios regionais e via internet. Esclarece que**
336 **houve atraso no fechamento da pauta, devido não terem sido encaminhadas solicitações**
337 **pelos conselheiros, e a pauta não ter sido finalizada pela secretaria executiva no prazo**
338 **regimental. Sobre as pautas urgentes, disse que é um problema que tumultua os trabalhos**
339 **da Câmara do FIA, sugerindo que as pautas urgentes incluídas nas câmaras sejam tratadas**
340 **ao final da pauta normal. O presidente também entende ser importante o CEDCA ter mais**
341 **proximidade com os CMDCA's.** Manifesta que chegou ao seu conhecimento que aproximadamente
342 100 (cem) municípios paranaenses não possuem conselhos municipais de direitos da criança e
343 adolescente instalados, motivo pelo qual está buscando a relação destes municípios para que
344 sejam tomadas providências. O presidente Renann Ferreira lembra que devem ser difundidas as
345 orientações do CEDCA, por se tratarem de boas condutas que não podem se perder pela troca de
346 gestão ou de conselheiros. Também conversou com alguns conselheiros sobre a importância de
347 se fazer uma memória para acompanhar o fluxo de documentos e encaminhamentos do conselho,
348 de forma coletiva ha varias mãos por envolver responsabilidade de todos, conselheiros e
349 secretaria executiva, para que os assuntos não fiquem perdidos na pauta. **Encaminhamentos**
350 **aprovados: 1) Oficiar a PGE/GT de Direitos Humanos para participarem das reuniões do**
351 **CEDCA como convidados; 2) Oficiar a Secretaria da Fazenda para participarem das**
352 **reuniões do CEDCA como conselheiro governamental.** O presidente Renann Ferreira disse
353 que as contribuições feitas serão reduzidas a termo para formar propostas de orientações e
354 procedimentos do CEDCA. A respeito da proposta de informativo, o presidente Renann Ferreira
355 manifestou que já existe disponibilidade da Comunicação da SEDS, na pessoa da servidora Beth,
356 para fazer matérias jornalísticas para veiculação no site do CEDCA, mas que para isso é preciso
357 que ela seja demandada e subsidiada, preferencialmente pela Câmara de Capacitação, por ser
358 parte de sua atribuição. O presidente sugere que a câmara faça o levantamento dos principais
359 pontos discutidos no mês, encaminhando os mesmos para a comunicação. A promotora de justiça

360 Luciana Linero sugere que a presidência também participe desse processo, destacando os pontos
361 mais importantes. A conselheira Regina Bley reforça a fala do presidente, dizendo que existe
362 orientação para que a comunicação faça cobertura dos acontecimentos do conselho. Também
363 explica que o seu departamento está mapeando os processos de trabalho e as atividades
364 desenvolvidas pelos conselhos, explicando que foi verificada a necessidade de se desenvolver ou
365 adaptar um sistema de gerenciamento para auxiliar a secretaria executiva no suprimento das
366 demandas do CEDCA. A conselheira Maria Leolina entende que o segundo encaminhamento
367 aprovado deveria ser ofício para o governador. A promotora de justiça Luciana Linero entende que
368 o ingresso da Secretaria da Fazenda como membro do conselho exige alteração legislativa na
369 representatividade. O presidente Renann Ferreira suspendeu a aprovação do encaminhamento
370 para o período da tarde, justificando a necessidade de consulta a legislação do CEDCA. Antes de
371 interromper a reunião para o intervalo do almoço, foi colocada em votação a aprovação da
372 apresentação feita pela conselheira e técnica Marcela, aprovada por aclamação em votação
373 **simbólica**. A reunião foi interrompida às 13h e retomada às 14h. Com a palavra, a conselheira
374 Marcela Evangelista passa a apresentar os saldos das deliberações. **3. SALDO DAS**
375 **DELIBERAÇÕES:** Com relação à execução de 2018, teve algumas deliberações que foram
376 executadas e aquelas em que nada foi executado – que ficaram separadas. A conselheira expõe
377 que a parte da execução dessas deliberações consta em uma planilha, com o nome de “RP
378 Deliberações”. Desta maneira, exhibe o que resta a pagar de 2017, o que foi empenhado em 2018,
379 o que foi pago em 2018, o que foi estornado de cada uma e o saldo a pagar. As deliberações que
380 serão apresentadas tiveram efetivamente algum tipo de execução. Inicia a apresentação uma a
381 uma, a começar pela Deliberação 07/2009 do programa “Liberdade Cidadã”, manteve-se o saldo
382 da deliberação pois a SEJUF havia solicitado para fazer a obra do CENSE de Piraquara, que
383 estava na justiça e que atrasou por conta de uma questão pericial, e demorou a sair a liberação da
384 unidade. Em 2017 saiu decisão autorizando a continuidade da obra, e em 2018 foi empenhado o
385 valor de R\$ 6.990.000,00 (seis milhões novecentos e noventa mil reais). De pagamento em 2018
386 foi R\$ 1.095.220,79 (um milhão e noventa e cinco mil, duzentos e vinte reais e setenta e nove
387 centavos); ficando um resto dessa deliberação de R\$5.894.779,00 (cinco milhões oitocentos e
388 noventa e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais). A obra está em execução, e sobrou um
389 saldo dessa deliberação de R\$27.330,13 (vinte sete mil, trezentos e trinta reais e treze centavos).
390 A SEJU já elaborou um novo repasse de obras para este exercício, uma nova MCO, que está
391 contando com este saldo para compor o valor que tem de obras. A técnica Marcela Evangelista
392 solicita a manutenção do saldo para zerar o saldo de obras que serão finalizadas neste exercício,
393 afirmando que a SEJU já manifestou pela utilização do recurso, com plano de trabalho. Em
394 **votação, o Conselho deliberou pela manutenção do saldo**. A segunda deliberação refere-se
395 aos Centros da Juventude (Deliberações 04/2009, 09/2009, 02/2010, 01/2011, 35/2011 e 111/2012

396 - entre o programa das obras e aditivos que foram sendo somados). O total geral dessas
397 deliberações é de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), desse valor todo houve
398 empenhos em 2009 a 2012. Desde 2011 e 2012 existe saldo alto nessas deliberações, e os
399 saldos que tem nos centros da juventude correspondem a 4 obras que precisam ser encerradas
400 mas estão atrasadas por diversos fatores, citando os municípios de Guarapuava (teve problemas
401 no terreno, e não iniciou), Irati (teve problemas com a obra, inclusive depredação, e está
402 finalizando), Prudentópolis (iniciou mais teve problemas com a construtora e a obra ficou
403 paralisada, e agora precisa passar por avaliação da estrutura, que não foi feito por ter dado
404 deserta a licitação. O município prestou contas e devolveu o que tinha recebido a época) e
405 Paranaguá (mesma situação de Prudentópolis). As auditorias são feitas para saber se deve ser
406 complementada a devolução dos recursos, ou para verificar quanto de recurso o município deve
407 aportar em contrapartida. A técnica explicou que não existe departamento para fazer os laudos,
408 que gerou um custo adicional que não foi deliberado. A gestão vai averiguar a questão de
409 Prudentópolis e Paranaguá e Guarapuava. Em relação a Guarapuava, foi dito que a PGE solicitou
410 que se fizesse cessão de uso do terreno para o Governo do Estado, a fim de que possa fazer a
411 construção e averbar na matrícula do imóvel. O município já cumpriu a etapa, e estão licitando
412 empresa para fazer estudo planialtimétrico. A técnica Marcela Evangelista sugeriu como
413 encaminhamento, deixar o saldo da deliberação da forma como está, buscando mais informações
414 e voltando a discutir o caso na plenária de abril de 2019. O presidente Renann Ferreira lembra
415 que o assunto é novamente discutido pelo Conselho, e que o protocolado foi pedido vistas por ele,
416 quando emitiu parecer negativo, e nesta oportunidade mantêm o voto negativo. A conselheira
417 Maria Leolina indagou a motivação do voto negativo do presidente Renann Ferreira. A técnica
418 Marcela Evangelista explicou que a motivação pela negativa na manutenção dos saldos no voto
419 do presidente Renann se deve ao desvio de finalidade dos espaços por parte dos municípios, fato
420 constatado durante as visitas realizadas pelos conselheiros aos centros da juventude, mas lembra
421 que na votação feita, o conselho entendeu pela manutenção do saldo, e em virtude disso houve o
422 repasse de recursos aos municípios. O presidente Renann Ferreira chama a atenção para no
423 caso de ser feita a devolução do saldo, que o recurso será restituído ao FIA com atualização
424 desde o ano de 2009. A técnica Magali, do DAS, faz uso da palavra e explica que está havendo
425 um reordenamento da Secretaria, e que o diretor da política da assistência, Fernando Fabiano
426 Castellano Júnior pediu pela manutenção, ou suspensão até maio de 2019, das deliberações dos
427 centros da juventude, para fazer uma auditoria nestas quatro obras pendentes. O presidente
428 Renann Ferreira fez uso da palavra e leu o parecer do pedido de vista do protocolado, onde
429 manifestou contrariedade a manutenção do saldo da deliberação dos centros de juventude. O
430 conselheiro Rodrigo Bonfim sugere a título de encaminhamento, que seja refinada a informação
431 quanto ao passivo/saldo devedor dos municípios onde as obras estão em execução ou fase de

432 finalização, formalizando a exclusão dos municípios que não iniciaram as obras, verificando a
433 possibilidade de remanejar o recurso deste para os demais, ficando o assunto condicionado a
434 aprovação futura do conselho. O conselheiro Antônio Dourado lembra que existem relatos de falta
435 de utilização de pista de atletismo e skate por problemas de acessibilidade, e de piscinas em
436 centro de juventude de determinadas regiões por falta de aquecimento, chamando a atenção para
437 a importância da instalação deste equipamento no início da obra. O presidente Renann Ferreira
438 disse em relação a pista de atletismo, que o defeito seria no formato. O conselheiro Rodrigo
439 Bonfim faz nova sugestão de encaminhamento, no sentido de que seja dada última oportunidade
440 para o município de Guarapuava não ser excluído. A conselheira Débora Costa tras um breve
441 histórico do assunto e discorda da sugestão de encaminhamento. O presidente Rennan Ferreira
442 então conduz para os encaminhamentos, colocando em votação a primeira proposta do
443 conselheiro Rodrigo Bonfim, de manter os três municípios que estão em andamento, refinar a
444 informação à luz das assembleias e fazer um comunicado para o quarto município em relação ao
445 prazo final, proposta essa que contempla a suspensão do assunto feita pelo DAS, e como
446 segunda proposta derivada do parecer que foi lido a respeito do pedido de vistas, de não realizar
447 o repasse e pedir a devolução total do recurso. **Em votação, a primeira proposta foi aprovada**
448 **com 17 (dezesete) votos.** A segunda proposta teve um único voto, do Presidente Renann
449 Ferreira. A conselheira Débora Costa se absteve. **Encaminhamento: o saldo da deliberação**
450 **ficará da forma como está, sendo pautado para nova deliberação do conselho na reunião**
451 **plenária de maio. Será encaminhado ofício do CEDCA ao município de Guarapuava, para**
452 **que manifeste se há o interesse de execução da obra, qual a previsão de entrega da**
453 **documentação pendente dentro de um cronograma de execução e o valor atualizado dos**
454 **custos da obra.** Prossequindo, a conselheira Marcela apresenta a outra deliberação pedente, que
455 diz respeito ao programa Liberdade Cidadã, que inicialmente foram propostas para o plano
456 estadual de enfrentamento às violências, e depois o saldo foi para o liberdade cidadã. O que
457 restou de saldo em 2017 foi zerado e encaminhou-se para outra vias, portanto a deliberação não
458 tem saldo. A próxima linha é do Gibis do SICRIDE – Serviço de Investigação de Criança
459 Desaparecidas. Tivemos a Deliberação 81/2012 para a produção dos gibis informativos, foi feita a
460 proposta mas sem execução, e voltou em 2017 solicitando parte do recurso, para uma campanha
461 que também não aconteceu. A técnica Marcela Evangelista propõe-se que a deliberação com este
462 saldo seja zerada, e que possa utilizar o recurso com ações da força-tarefa FORTIS. A conselheira
463 Angela Mendonça sugere a realização de campanha e produção de material, para não ficar uma
464 ação desconexa. O conselheiro Rodrigo Bonfim indaga se não teria que haver uma linha
465 específica para direcionar o recurso. A conselheira Maria Leolina disse que a linha já existe, e se
466 trata da linha do enfrentamento às violências. **Em votação, o Conselho deliberou pelo aporte**
467 **do saldo da deliberação na linha de enfrentamento às violências.** Marcela Evangelista

468 prossegue falando sobre a linha de obras, da Deliberação 77/2012 com recursos para reformas
469 nas unidades, aditivos de Foz do Iguaçu, reformas de Toledo, Paranavaí, Campo Mourão e
470 melhorias em Campo Mourão. Em 2018 é aprovada a manutenção do valor de R\$445.838,44
471 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos)
472 e o retorno do saldo de R\$ 59.108,53 (cinquenta e nove mil, cento e oito reais e cinquenta e três
473 centavos) para o FIA Geral. O DEASE solicitou a manutenção do saldo de R\$445.838,44
474 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos)
475 da deliberação de obras, porque ele está compondo o plano de trabalho do atual exercício para
476 obras. O conselheiro David Pancotti informa que o seu departamento apresentará um plano de
477 obras, consolidado, com a relação de tudo que foi deliberado, contemplando CENSES e
478 Semiliberdade, e não apenas as obras que foram mencionadas pela conselheira Marcela. **Em**
479 **votação, o Conselho aprovou a manutenção do recurso solicitada pelo DEASE para o plano**
480 **de obras da socioeducação**. A próxima deliberação é do AFAI, que acompanha um superavit,
481 que havia sido deliberada em 2011 e dela derivaram várias outras deliberações (58/2011, 82/2015
482 e a 95/2017). Inicialmente teve um valor de R\$ 8.280.000,00 (oito milhões e duzentos e oitenta mil
483 reais), depois foram aprovados mais R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 2015, e em 2017
484 mais R\$ 6.182.790,00 (seis milhões cento e oitenta e dois mil, setecentos e novecentos reais). Já
485 foi empenhado R\$ 15.919.800,00 (quinze milhões novecentos e dezenove mil e oitocentos reais),
486 pago R\$ 12.275.417,30 (doze milhões, duzentos mil e setenta e cinco mil e quatrocentos e
487 dezessete reais e trinta centavos), um estornou de R\$ 2.271.382,70 (dois milhões, duzentos e
488 setenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) e um resto a pagar de R\$
489 1.373.000,00 (um milhão, trezentos e setenta e três mil reais). Não houve estornos para transferir
490 pra outras deliberações, então há um saldo de R\$ 3.814.372,70 (três milhões, oitocentos e
491 quatorze mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta centavos) nessa linha. A conselheira
492 Marcela Evangelista solicita que a linha seja mantida, para revisão também. A técnica Carla, da
493 DAS, fala sobre reordenamentos da secretaria e explica que o departamento da assistência
494 propõe ao Conselho que o recurso de R\$ 3.814.372,70 (três milhões, oitocentos e quatorze mil,
495 trezentos e setenta e dois reais e setenta centavos) não seja mantido no AFAI, e fique para a linha
496 do Liberdade Cidadã, justificando que o AFAI atende famílias de adolescentes internados, público
497 da SINASE, e em dezembro ficou sem recursos. Falou que o Liberdade Cidadã está sendo revisto
498 enquanto programa. A secretaria tem intenção de trabalhar práticas restaurativas em meio aberto
499 e fazer capacitação com os CREAS. Foi discutido internamente que é possível ampliar o
500 Liberdade Cidadã, que ficou sem linha de ação e sem recurso, puxando para o município a
501 responsabilidade de atender a família do adolescente, pois o dinheiro do AFAI vai para o PAEFI
502 dentro do CREAS e dos CRAS. O Liberdade Cidadã também é feito pelo CREAS e pelas equipes
503 exclusivas, e onde não tem CREAS, pela equipe do PAEFI – Proteção e Atendimento

504 Especializado a Famílias e Indivíduos. A promotora de justiça Luciana Linero explica que a
505 questão dos valores do AFAI está em auditória pelo Ministério Público, tendo sido instaurado
506 inquérito civil que apura esses valores, portanto, acha prudente aguardar antes de fazer outra
507 destinação do recurso. Também entende que a proposta da SEJU deve estar alinhada com o
508 plano estadual socioeducativo, e vir de uma deliberação do conselho gestor do plano. A
509 conselheira Débora Costa afirma que o assunto já foi debatido no Conselho, e propõe que seja
510 deliberado apenas se a linha será mantida, não mantida ou suspensa. A técnica Letícia Reis
511 reforça a proposta apresentada pela técnica Carla, explicando que o programa é importante pois
512 atende famílias em alta vulnerabilidade social. A conselheira Angela Mendonça relata que no
513 tempo que ficou no centro de apoio, acompanhou formulação de vários planos municipais, e
514 observou que as práticas de educação em meio aberto estão confusas, trazendo debates que
515 nasceram com o SUAS e o SINASE, razão pela qual concorda com a fala da promotora Luciana
516 Linero, para colocar a pauta no debate do plano decenal da socioeducação, ressaltando que teme
517 que se corra o risco de não aportar nenhuma previsão de recurso para a socioeducação em meio
518 aberto caso o Conselho opte pela manutenção ou exclusão da linha, conforme proposto pela
519 conselheira Débora Costa, reproduzindo uma decisão em modelo que vai apoiar a internação e a
520 semiliberdade, que são importantes, mas que não devem crescer no Paraná. Afirma que o
521 Conselho deve garantir o atendimento em meio aberto e suas famílias. A técnica Carla contrapõe
522 a fala da conselheira Débora Costa, e explica que as discussões sobre o assunto ocorridas em
523 dezembro não foram técnicas, pois diziam respeito apenas se havia uma suposta sobreposição
524 entre o AFAI e o Liberdade Cidadã, portanto, explica que a proposta feita agora não se trata da
525 mesma proposta de antes. A conselheira Débora Costa entende que o Conselho pode deliberar
526 para que o recurso da linha do AFAI seja destinado para a linha de medidas socioeducativas em
527 meio aberto, e não necessariamente para o Liberdade Cidadã, como sugeriu a conselheira Angela
528 Mendonça, ficando assegurado ao Conselho deliberar sobre execução do recurso em momento
529 futuro inclusive criando outras ações para o meio-aberto. A discussão a respeito da questão
530 continuou entre os conselheiros e os técnicos da DAS gravitando em torno das propostas
531 apresentadas, ficando registrado a fala da técnica Juliany, de que a deliberação de 2016
532 mencionada pela Carla, sobre o Liberdade Cidadã, contemplou 144 (cento e quarenta e quatro)
533 municípios, que eram aqueles que possuíam CREAS, e 255 (duzentos e cinquenta e cinco)
534 municípios ficaram fora. Ela alerta que quando se fala em adolescente em meio aberto, deve-se
535 ter a consciência de que os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Paraná tem essa
536 demanda, pois são 10.000 (dez mil) adolescentes. O meio aberto não pode se estender ao
537 programa Liberdade Cidadã. O programa veio para potencializar as ações do serviço, mas o
538 serviço é muito maior do que isso. A discussão sobre o meio aberto deve acontecer, e os dados
539 que foram levantados em 2018 pelo IGT subsidiam a proposta para a nova discussão e proposta

540 de abordagem aos adolescentes que será levada a conhecimento do Conselho, contemplando
541 todos os municípios que demandam essa ação. A técnica Solimar Gouveia manifesta a
542 importância da manutenção do recurso para atender as famílias dos adolescentes que cumprem
543 medida socioeducativa. A promotora de justiça Luciana Linero trouxe alguns levantamentos feitos
544 pelo CAOPCAE sobre a questão, a pedido do CNMP, e reforçou a fala da conselheira Débora
545 Costa e a sua preocupação na sobreposição de recursos entre o AFAI e o Liberdade Cidadã. O
546 conselheiro David Pancotti explicou que a secretaria e o DEASE estão passando por
547 reformulações, e que em função disso ainda não é possível apresentar novo plano socioeducativo,
548 e que para o momento o melhor seria o Conselho contemplar a proposta formulada pela DAS. A
549 conselheira Angela Mendonça sugere como encaminhamento, considerando a fala do conselheiro
550 e chefe do DEASE, e também o que foi dito pela promotora de justiça Luciana Linero, a expedição
551 de recomendação ao Secretário de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, no sentido de mitigar as
552 políticas, para que isso ganhe manifestação do Conselho diante da política estadual. A técnica
553 Carla manifesta sobre a fala da conselheira Angela Mendonça, dizendo que sua proposta
554 complementa, ficando com o SINASE medidas educativas em meio aberto, condicionado a
555 apresentação de um plano de ação/atuação, conforme plano decenal e plano socioeducativo. O
556 presidente Renann Ferreira colocou o assunto em votação e foram aprovados dois
557 encaminhamentos. **Encaminhamentos: 1) expedição de ofício ao Secretário de Justiça,**
558 **Trabalho e Direitos Humanos, manifestando que a política socioeducativa concentre-se**
559 **apenas em um único departamento, indicando o gestor do sistema socioeducativo, no caso**
560 **o DEASE. 2) em relação a linha do AFAI, fica redirecionado o recurso para o sistema**
561 **socioeducativo, de acordo com o plano decenal socioeducativo.** O próximo item de pauta é a
562 Deliberação da linha de capacitação do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária,
563 que inicialmente tinha o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que foi executado, e depois
564 foi aportado R\$ 786.544,71 (setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais
565 e setenta e um centavos) que ainda tem um saldo para ser executado. O Plano Estadual está a
566 cargo da DAS/DPSE onde o processo estava tramitando, mas não teve autorização para executar.
567 O pedido da DPSE é pela manutenção do saldo, para poder dar continuidade no plano
568 comunitário, da Convivência Familiar e Comunitária. A técnica Carla da DPSE fez uso da palavra
569 para explicar as dificuldades que aconteceram para a execução, especialmente na PGE. A
570 conselheira Maria Leolina chama a atenção a importância das capacitações na área do
571 acolhimento. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do recurso na linha.** A técnica
572 Marcela prossegue falando sobre a Deliberação nº 70/2016, que ainda não teve execução,
573 destinada para a Capacitação das Entidades Cíveis Organizadas, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um
574 milhão e oitocentos mil reais), por conta da necessidade de se elaborar um edital, e está em
575 tramitação. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do recurso na linha.** Explica

576 ainda que o outro saldo, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ainda não houve
577 execução. Trata-se de recurso destinado a outras secretarias que eram afetas a política da
578 criança, para fazerem as capacitações. No ano de 2018 foi estornado R\$ 340.732,88 (trezentos e
579 quarenta mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos) e mantido R\$ 500.000,00
580 (quinhentos mil reais) para SEED apresentar um projeto, só que esta apresentação ainda não foi
581 feita. A mediação escolar e o abandono escolar possui outro recurso. O recurso em questão é
582 para a capacitação dos professores. A técnica Marcela Evangelista propõe ao Conselho que o
583 recurso seja redirecionado para a linha de enfrentamento à violência, para ser utilizado em
584 capacitação. A conselheira Maria Leolina manifestou ser adequada a proposta, salientando que é
585 necessária a realização de capacitações para redução das violências em meio escolar. A
586 conselheira Débora Costa chama a atenção para quando for tratar do enfrentamento a violência,
587 que seja verificada a questão da saúde mental com foco de atuação na prevenção. A técnica
588 Marcela Evangelista lembra que nos estornos foi deliberado recurso para saúde mental. O
589 conselheiro Rodrigo Bonfim chama a atenção do Conselho para a proposta apresentada, por
590 entender que nesta reunião seria discutida apenas a manutenção, exclusão ou suspensão de
591 linhas e recursos, e não o redirecionamento e a mudança de destinação pois seria objeto de outra
592 reunião. A técnica Carla do DAS afirma que é intenção do novo diretor do departamento
593 apresentar proposta reformulada para a área da saúde mental e drogadição. **Em votação, o**
594 **Conselho aprovou por não manter o recurso na linha de capacitação dos professores,**
595 **ficando o recurso estornado para o FIA Geral.** A proposta sagrou vencedora com 15 (quinze)
596 votos. Adiante, outra linha apresentada é a de Fortalecimento de Vínculos, Promoção de Direitos,
597 Protagonismo Juvenil e Qualificação Profissional, da Deliberação 60/2012. Foi feita a execução da
598 linha com repasse para as instituições, mas ainda sobraram recursos. Existe um saldo de R\$
599 3.512.275,71 (três milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e
600 um centavos). A conselheira e técnica Marcela Evangelista propõe ao Conselho que o recurso
601 seja mantido na mesma linha, para que possa continuar sendo trabalhado o fortalecimento de
602 vínculos, protagonismo e qualificação profissional. A linha trata-se de linha de edital. A Deliberação
603 65/2014 também era edital para formalização com as instituições e depois foi fundo a fundo, que
604 está sendo pago agora, ou seja, a última deliberação aconteceu em 2016, sendo paga somente
605 em 2019. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do recurso na linha.** A próxima
606 deliberação que também não teve execução, um saldo que havia mantido da Deliberação 74/2012
607 destinado a repasse para as entidades certificadas que atendem crianças e adolescentes com
608 deficiência. O saldo foi mantido por que em 2018 houve estornos de convênios, e poderia haver a
609 necessidade de alguns serem novamente formalizados. Os convênios não tiveram que ser
610 refeitos, pois as entidades executaram o recurso e não foi preciso formalizar novos repasses. A
611 conselheira e técnica Marcela Evangelista propõe ao Conselho que o saldo seja mantido na

612 mesma linha, para que o mesmo possa ser juntado a outros saldos já reservados para a atender
613 crianças e adolescentes com deficiência. O conselheiro Rodrigo Bonfim disse estar em dúvida
614 com a proposta, alegando que como a deliberação já foi executada não seria possível deliberar
615 dentro das deliberações que originam. A técnica Marcela Evangelista explica que a solicitação
616 está seguindo a mesma lógica dos pedidos apresentados na plenária em momento anterior. Os
617 conselheiros Rodrigo Bonfim e Renann Ferreira manifestaram, diante das justificativas da técnica
618 Marcela sobre deliberação já executadas, que a informação repassada anteriormente não ficou
619 clara, e não compreenderam ser possível deliberar sobre deliberações executadas. A promotora
620 de justiça Luciana Linero entende que nas deliberações já executadas o saldo deve retornar para
621 o FIA Geral, para as propostas serem novamente analisadas pelo CEDCA em um único plano de
622 ação, possibilitando maior controle na aplicação dos recursos. A conselheira Marcela explicou
623 para o presidente Renann Ferreira sobre a proposta aprovada anteriormente, dizendo que do
624 saldo total, no fortalecimento de vínculos, apenas o referente ao ano de 2016 que foi pago em
625 2019 é que continua em execução, ficando mantido. O presidente Renann Ferreira manifestou
626 concordância com a resposta e com o encaminhamento proposto anteriormente. A técnica Carla
627 esclarece que “quando foi proposto manter na mesma linha, era que poderia se construir nova
628 deliberação na mesma linha, com o saldo da deliberação já encerrada, entende que isso seria
629 manter na linha”. O conselheiro Rodrigo Bonfim disse estar claro existe uma diferença de
630 interpretação do que está sendo feito aqui, pois uma coisa é manter o recurso da deliberação que
631 está na coluna da esquerda, e conforme o que a técnica Carla esclareceu, a proposta não é essa
632 nesse caso específico. Era diferente: vamos manter o recurso para uma linha e para uma futura
633 deliberação, que também é diferente do que estava conversando a luz do que falava o Ministério
634 Público. A promotora Luciana Linero afirma que parece que o conselho autoriza previamente a
635 manutenção do recurso para essa linha, e perde o controle de vez sobre o todo. O conselheiro
636 Rodrigo Bonfim manifesta que uma coisa é manter o recurso para uma deliberação feita, e outra
637 coisa é manter o recurso para uma linha para futura deliberação. A técnica Marcela Evangelista
638 lembra que isso já foi feito outras vezes pelo Conselho. Com a palavra, a conselheira Hermínia
639 Bugeste sugere que os recursos sejam recolhidos ao fundo para discussão futura e apresentação
640 de novos projetos. A conselheira Débora Costa manifesta que o correto seria verificar caso a caso,
641 e não zerar todas as deliberações. Sugere ainda, no caso dos editais, que uma vez fechado
642 poderia haver a previsão de retorno automático dos saldos para o FIA Geral. O presidente Renann
643 Ferreira disse o Conselho sempre nunca entendeu pela devolução automática dos saldos, e que
644 cada interessado defendia sua linha. A técnica Marcela Evangelista disse que se preserva um
645 edital, todos devem ser preservados. A seu ver, existem linhas bem específicas onde sempre é
646 feito edital, e que o Conselho sempre preserva porque depois faz um outro aporte, soma as linhas
647 e abre novo edital. A conselheira Débora Costa disse que isso gera um círculo vicioso, pois nada

648 de novo consegue ser planejado. O presidente Renann Ferreira destaca o papel do Conselho
649 como espaço de discussão, e por isso informa que colocará linha por linha em votação. **Em**
650 **votação, o Conselho aprovou a manutenção do recurso na linha.** A proposta sagrou
651 vencedora com 13 (treze) votos. Por conta de ter havido discussões e dúvidas de interpretação
652 sobre o ponto anterior, relativo as linhas do Serviço de Fortalecimento de Vínculos, Protagonismo
653 e Qualificação Profissional, e tendo em vista os esclarecimentos prestados pelas técnicas Marcela
654 Evangelista e Carla, o presidente Renann Ferreira submeteu o assunto novamente em votação,
655 sendo que **o Conselho ratificou pela aprovação da manutenção do recurso na linha,**
656 proposta que sagrou vencedora com 17 (dezessete) votos. A seguir, técnica Marcela Evangelista
657 passa a falar sobre a Deliberação 46/2012, 95/2012, 110/2012, 07/2013 e 32/2013, que eram do
658 programa Liberdade Cidadã. As deliberações já encerraram. Foi mantido R\$ 248.896,00 (duzentos
659 e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais), e estornado R\$ 2.844.405,92 (dois
660 milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinco reais e noventa e dois centavos)
661 para o próprio Liberdade Cidadã para compor o fundo a fundo. Do valor que foi mantido, houve
662 empenho de R\$ 212.299,00 (duzentos e doze mil e duzentos e noventa e nove reais), um estorno
663 de R\$ 62.528,00 (sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais) e um saldo de R\$ 99.125,00
664 (noventa e nove mil, cento e vinte e cinco reais). Da mesma forma que as outras deliberações, a
665 deliberação está encerrada, portanto, a proposta ao Conselho feita pela conselheira e técnica
666 Marcela Evangelista seria manter o saldo na mesma linha, redirecionando para o programa
667 Liberdade Cidadã. Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha,
668 **e o redirecionamento do recurso para o Programa Liberdade Cidadão.** Registra-se a pedido,
669 a abstenção do conselheiro Rodrigo Bonfim. Dando continuidade, a técnica Marcela apresenta a
670 próxima linha, a Deliberação 97/2012 e 70/2013, acerca da Capacitação Continuada nos
671 CENSES. A deliberação foi executada. Houve uma deliberação do saldo para o programa
672 Aproximando Famílias, na reunião de fevereiro/2019, de R\$ 21.665,79 (vinte e um mil, seiscentos
673 e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), e ainda ficou um saldo de R\$ 803.312,23
674 (oitocentos e três mil, trezentos e doze reais e vinte e três centavos) que o DEASE solicitou a
675 manutenção e está encaminhando projeto para capacitação, que será feita em conjunto com a
676 ESEDH. Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha. A
677 próxima linha é da Deliberação 83/2013 e 78/2015 do Bolsa Agente de Cidadania. O recurso está
678 em execução, foi mantido um saldo de R\$ 2.419.200,00 (dois milhões, quatrocentos e dezenove
679 mil e duzentos reais) e retornou em 2018 para o FIA Geral R\$ 591.700,00 (quinhentos e noventa e
680 um mil e setecentos reais). Em 2019 executou o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais),
681 houve um estorno de R\$ 17.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais) e há um saldo de um
682 R\$1.836.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil e duzentos e cinquenta reais), que a
683 técnica Magali da DAS solicita a manutenção do recurso na mesma linha, para a continuidade do

684 pagamento dos bolsistas. A técnica Magali explica que há uma diferença entre valores
685 empenhados e executados, porque o pagamento do mês de dezembro dos bolsistas é feito no mês
686 de fevereiro. Explica que a lógica da manutenção, conforme consta na planilha os valores
687 executados mês a mês pelos municípios, alguns iniciaram execução em 2018, a partir de maio, e
688 outros em outubro e novembro. Existe um dado que em 2017 foi pago 2769 (duas mil setecentos
689 e sessenta e nove) bolsas e em 2018 foram pagas 4603 (quatro mil seiscentos e três), ou seja, um
690 aumento em torno de 60% (sessenta por cento). Existe um crescimento real que está
691 acontecendo em relação a execução pelos municípios, que tem a responsabilidade de
692 acompanhar os adolescentes, prestando a parte técnica. Lembra ainda que dos 24 (vinte e quatro)
693 municípios que tem centros da juventude, onde é possível ofertar 40 (quarenta) bolsas, apenas
694 um não implantou. Outros municípios que não implantaram o programa alegando falta de equipes
695 técnicas qualificadas. Por este motivo, a técnica acredita que o valor existente de saldo deve ser
696 suficiente para o programa. Alguns conselheiros se manifestaram sobre a apresentação da
697 técnica, no sentido de que o valor proposto é bem superior ao que vem sendo executado, mesmo
698 considerando a projeção de aumento no número de bolsas concedidas. A conselheira Ires Damian
699 lembra que existe demanda, mas a oferta de bolsas não acompanha isso, devido a falta de
700 equipes por parte dos municípios, sugerindo que isso deve ser apurado. **Em votação, o**
701 **Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha**. A próxima linha é da Deliberação
702 44/2013, da Guarda Mirim Paraná proveniente do superavit de 2012. O valor deliberado foi
703 encaminhado para a aquisição de equipamentos, biblioteca e compra de instrumentos musicais.
704 No entanto, a Guarda Mirim do Paraná passou a ser gerida pela SEED e, com isso, a educação
705 ficou de apresentar uma proposta para receber e executar o recurso, mas ainda não o fez. A
706 conselheira e técnica Marcela Evangelista propõe ao Conselho que o saldo seja estornado para o
707 FIA Geral. O conselheiro David Pancotti propõe que o saldo seja utilizado para projeto do DEASE
708 que será apresentado no CEDCA, para montar bibliotecas nos CENSES. A conselheira Rosineide
709 Frez esclarece que a nova diretora da guarda mirim foi informada sobre o assunto, mas não se
710 manifestou interesse ou desinteresse no recurso. O presidente Renann Ferreira entende que a
711 questão é um redirecionamento de recurso que sairia da educação indo para a socioeducação.
712 Nesse sentido, sugere que o mais adequado seria a não manutenção do recurso, que seria
713 estornado para o FIA Geral para ser deliberado posteriormente, quando da apresentação do
714 projeto pelo DEASE. **Em votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo na linha,**
715 **ficando o recurso estornado para o FIA Geral**. A conselheira Marcela continua discorrendo
716 sobre a Deliberação 44/2013, na parte da capacitação da SEET para a SEED, para o esporte e a
717 educação. Houve a execução do recurso por parte do esporte, com o programa Lazer Paraná,
718 houve prestação de contas, e havia ainda a pretensão da educação de utilizar a outra parte do
719 recurso para fazer a mesma ação, porém, não apresentou projeto. Ocorreu um estorno de

720 R\$12.189,00 (doze mil e cento e oitenta e nove reais) de um empenho, ficando o saldo em
721 R\$829.074,00 (oitocentos e vinte e nove mil e setenta e quatro reais). A linha é para capacitação.
722 O conselheiro Antônio Dourado teceu comentários sobre a ação desenvolvida e sua importância,
723 solicitando pela continuidade. **Em votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo**
724 **na linha**. A proposta que sagrou vencedora com 16 (dezesesseis) votos. Retomada a análise das
725 linhas, passou a análise da deliberação 44/2013, 26/2014 e 109/2014, referentes à capacitações
726 da Secretaria da Cultura. A proposta foi feita e executada da primeira vez, da qual houve um saldo
727 de R\$ 137.245,66 (cento e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis
728 centavos). Foi feito um novo pedido para manutenção do programa, no entanto, a PGE entendeu
729 que o pagamento dos bolsistas não poderia ocorrer da forma que era feito pela secretaria. O
730 projeto da cultura não pôde mais ser executado, e o recurso encerrou, e não há proposta de
731 mantê-lo da forma como está. O presidente Renann Ferreira lembra que o projeto teve bons
732 resultados, mas não teve continuidade devido a entraves legais. A conselheira Débora Costa
733 propõe a não manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral. **Em**
734 **votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo na linha, ficando o recurso**
735 **estornado para o FIA Geral**. A conselheira Marcela dá sequência relatando acerca da
736 deliberação 22/2013 e 49/2013, do programa Crescer em Família. Havia um saldo que foi mantido
737 e um estorno em 2018, de R\$25.288,41 (vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e
738 quarenta e um centavos), e um saldo disponível de R\$ 260.921,57 (duzentos e sessenta mil,
739 novecentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos), propondo que seja mantido na
740 mesma linha, no programa Crescer em Família. **Em votação, o Conselho aprovou a**
741 **manutenção do saldo na mesma linha**, no programa Crescer em Família. A próxima linha é uma
742 deliberação de obras, 83/2013, com um saldo de R\$ 457.423,01 (quatrocentos e cinquenta e sete
743 mil, quatrocentos e vinte e três reais e um centavo), que o DEASE solicita a manutenção dentro
744 da proposta do plano de obras porque ainda está executando. **Em votação, o Conselho aprovou**
745 **a manutenção do saldo na mesma linha**. A conselheira Marcela prossegue relatando acerca de
746 uma linha 28, da Deliberação 65/2014, do Programa Aprendiz, em que havia um saldo já
747 deliberado o retorno dela, mas para a linha da própria aprendizagem. Explica que não existe mais
748 saldo pois o Conselho já havia deliberado o estorno para a linha da aprendizagem. A próxima é da
749 do DNA, junto à questão dos equipamentos da UEL e da manutenção dos serviços de DNA. Está
750 em execução. Informa que havia um saldo para contratação do laboratório para fazer os exames,
751 no valor de R\$ 736.572,64 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e
752 sessenta e quatro centavos). Houve um estorno de R\$ 394.656,70 (trezentos e noventa e quatro
753 mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos) porque o contrata acabou não
754 acontecendo, e o saldo e de R\$ 1.131.229,34 (um milhão, cento e trinta e um mil, duzentos e vinte
755 e nove reais e trinta e quatro centavos). Nessa proposta do DNA, a CPCA está trabalhando com a

756 TECPAR e outra secretária, SETI ou SESP, para que a realização dos exames seja transferido e
757 assumido outra política. A técnica Marcela Evangelista solicita-se que o valor do saldo permaneça
758 na linha, porque está sendo preparado pela CPCA um termo de referência para a contratação de
759 outra empresa do Estado do Paraná para a realização dos exames que são necessários. A
760 conselheira Ires Damian entende que poderia ser mais barato terceirizar os exames, e manifesta
761 que a proposta deve repensada, devido aos altos investimentos que foram feitos pelo Conselho,
762 sem que tivesse havido retorno e a solução do problema dos exames de DNA no Paraná. As
763 conselheiras Regina Bley manifesta sobre ações que foram realizadas pela secretaria para a
764 solução do problema, e opina pela manutenção do recurso. Os conselheiros Regina Bley, Priscila
765 Polati e Antônio Dourado manifestam que a parceria do projeto com as universidades estaduais,
766 se deve ao fato de que as mesmas possuem laboratórios e profissionais especializados,
767 chamando a atenção para a inviabilidade de parceria com a SESP, por conta do programa não ter
768 natureza criminal, mas finalidade de reconhecimento de paternidade. **Em votação, o Conselho**
769 **aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Dando prosseguimento, passou-se para a
770 próxima linha, referente à Deliberação 97/12 e 89/2013 do Futura Ação, do qual deliberou-se na
771 reunião de 21/02/2019 o saldo de R\$ 201.061,40 (duzentos e um mil, sessenta e um reais e
772 quarenta centavos) para o Aproximando Famílias. **O recurso foi mantido para o programa**
773 **Aproximando Famílias, conforme deliberado anteriormente.** Avançando, Marcela apresenta a
774 linha referente a Deliberação 97/2013, programas Brincadeiras na Comunidade, que não foi
775 executada em 2018. O programa consiste em um repasse para as brinquedotecas dos municípios.
776 Os municípios executaram e compraram brinquedos, e os saldos correspondem a uma
777 capacitação que deveria ter acontecido via OSC, mas não ocorreu. A técnica Marcela Evangelista
778 solicita-se que o valor do saldo permaneça na linha, para que possa acontecer a ampliação das
779 brinquedotecas em mais municípios. A técnica do DAS reforça a importância da manutenção do
780 recurso para capacitação dos brinquedistas e ampliação do programa. **Em votação, o Conselho**
781 **aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** A conselheira Marcela introduz à deliberação
782 111/2014, sobre obras do DEASE. Tal deliberação possui um saldo de R\$ 27.754.864,18 (vinte e
783 sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezoito
784 centavos). Em 2019 ocorreu empenho de R\$ 2.432.033,62 (dois milhões, quatrocentos e trinta e
785 dois mil, trinta e três reais e sessenta e dois centavos). Essa deliberação compõe o pedido de
786 manutenção do DEASE para plano de obras. O conselheiro David Pancotti fez a leitura de uma
787 relação de obras que integram esse plano de obras. **Em votação, o Conselho aprovou a**
788 **manutenção do saldo na mesma linha.** Marcela avança para a próxima linha da Deliberação
789 33/2014, do Edital nº 01/2014, que foi para ações gerais e repasse para instituições de cuidam de
790 crianças e adolescentes com deficiência. Em 2018 manteve-se o saldo de R\$ 129.957,00 (cento e
791 vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais) e retornou-se para o FIA Geral

792 R\$119.094,39 (cento e dezenove mil, noventa e quatro reais e trinta e nove centavos). Em 2019
793 houve outro estorno no valor de R\$ 21.466,00 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e seis
794 reais), e o saldo atual é R\$ 151.423,00 (cento e cinquenta e um e mil, quatrocentos e vinte e três
795 reais). As técnica Marcela Evangelista e Carla do DAS seria para colocar o recurso no edital de
796 chamamento do programa Crescer em Família, portanto, a proposta seria a permanência do saldo
797 e o seu redirecionamento para o programa Crescer em Família vinculado ao edital para OSC. O
798 presidente Renann Ferreira entendendo com base no que aconteceu no último edital, que a
799 proposta demandaria um aporte de recursos cinco vezes maior, propõe que o recurso seja
800 estornado para o FIA Geral para posterior deliberação. **Em votação, o Conselho aprovou a não**
801 **manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral.** Em seguida, a
802 conselheira Marcela apresenta a linha da Escola de Conselhos, deliberação 88/2013, 52/2014,
803 111/2015 e 13/2016. A deliberação possui um saldo de R\$ 4.935.000,00 (quatro milhões e
804 novecentos e trinta e cinco mil reais) e a proposta é a manutenção da linha, justificada pela
805 realização do programa Escola de Conselhos em parceria com o DEDIHC e a ESEDH. As
806 conselheiras Regina Bley e Ires Damian afirmaram que a partir de janeiro de 2020 devem
807 começar as capacitações do programa Escola de Conselhos. **Em votação, o Conselho aprovou**
808 **a manutenção do saldo na mesma linha.** A próxima linha refere-se ao saldo da Deliberação
809 05/2016 e 10/2018, para o Seminário Estadual de Enfrentamento Às Violências. Há um saldo de
810 R\$ 159.795,56 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e
811 seis centavos). A técnica Marcela solicita que o saldo seja mantido na linha para realização de
812 seminários de enfrentamento às violências. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do**
813 **saldo na mesma linha.** Marcela apresenta, na sequência, a Deliberação 06/2016, 42/2016 e
814 02/2017, do Edital 02, conhecido como Edital de Ações Gerais. Desse edital há um saldo de R\$
815 2.249.191,86 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, cento e noventa e um reais e oitenta
816 e seis centavos). A técnica informa que ainda existem OSCs apresentando documentação e
817 formalizando os editais, e a secretaria ainda está fazendo repasses, portanto, ainda está em
818 execução. Por esta razão solicita a manutenção do saldo na linha até que se encerrem as
819 formalizações. A técnica e conselheira Marcela Evangelista disse não saber precisar quantos
820 casos estão pendentes de formalização, mas que pode solicitar essa informação para a Central de
821 Convênios, sugerindo que fique suspenso até maio/2019. **Em votação, o Conselho aprovou**
822 **suspensão do saldo até o mês de maio/2019, quando será apresentado um levantamento de**
823 **pendências.** A apresentação prosseguiu, agora sobre a Deliberação 51/2016, de Cofinanciamento
824 de programas de Enfrentamento às Violências, inclusive de atendimento ao agressor, que está em
825 fase de execução, com repasse para os municípios. Existe um saldo de R\$ 445.512,00
826 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais) e ainda tem municípios na CPCA
827 para serem encaminhados para empenho. Foi solicitada a manutenção do saldo para que

828 continuem acontecendo os repasses aos municípios. **Em votação, o Conselho aprovou a**
829 **manutenção do saldo na mesma linha.** Prossegue, falando sobre a Deliberação 54, do
830 Liberdade Cidadã, modalidade de repasse Fundo a Fundo, há um saldo de R\$ 4.249.817,19
831 (quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e dezenove
832 centavos), que também solicita a manutenção. Com a palavra, a técnica Carla do DAS justifica
833 que o saldo deve ser mantido parcialmente, até o valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta
834 mil reais) porque ainda existem processos a pagar, e não dá para jogar tudo na linha do
835 socioeducação. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo de R\$ 550.000,00**
836 **(quinhentos e cinquenta mil reais) na mesma linha, vinculada a deliberação para o**
837 **programa Liberdade Cidadã, e o redirecionamento do saldo restante para a linha da**
838 **socioeducação.** Em continuidade, passou a falar sobre a deliberação 55, do programa Crescer
839 em Família, tem saldo restante a empenhar no valor de R\$ 2.508.647,00 (dois milhões,
840 quinhentos e oito mil e seiscentos e quarenta e sete reais). Ainda existem municípios para
841 empenhar, razão pela qual as técnicas Marcela Evangelista e Carla da DAS pedem a manutenção
842 do saldo na linha para pagar o que já está consignado e apresentar nova proposta ao Conselho.
843 **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Já a deliberação
844 62/2016, dos Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos, tem um saldo de R\$
845 2.239.831,02 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e dois
846 centavos). A proposta também é a manutenção do saldo para pagar o que ainda falta e depois
847 rediscutir o que ficou em aberto. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na**
848 **mesma linha.** Dando sequência, a conselheira Marcela apresenta a deliberação de Saúde Mental
849 nº 109/2017, que possui um saldo de R\$ 2.777.500,00 (dois milhões, setecentos e setenta e sete
850 mil e quinhentos reais), também aguardando para repasse aos municípios pelo Fundo a Fundo. A
851 solicitação também é para manter o saldo. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do**
852 **saldo na mesma linha.** A próxima trata-se da Deliberação 71/2016 que era um Seminário de
853 Aprendizagem, Desafios e Possibilidades no Cenário, que foi encerrada. Anteriormente ficou
854 deliberado que se houvesse algum pagamento que necessitasse de empenho, seria feito e as
855 sobras do recurso retornariam ao FIA Geral livre. Então não teve e houve um estorno de
856 R\$13.301,00 (treze mil trezentos e um reais) e o saldo de R\$266.503,00 (duzentos e sessenta e
857 seis mil, quinhentos e três reais). A proposta da técnica Marcela seria seguir o que já foi
858 deliberado, de fazer o estorno do saldo da linha para o FIA Geral livre. **Em votação, o Conselho**
859 **aprovou a não manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral**
860 **livre.** Prossegue, falando sobre a Deliberação 78/2016 e 102/2018, dos Cursos de Qualificação
861 Profissional, do projeto Arte e Ação, bem como o projeto Karatê no CENSE, da SEJUF. Foi
862 mantida e utilizada uma parte do recurso e há um saldo de R\$ 1.894.282,81 (um milhão,
863 oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos) de

864 saldo, que a SEJUF já apresentou uma proposta de utilização para os dois projetos, razão pela
865 qual pedem a manutenção do saldo na linha. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção**
866 **do saldo na mesma linha.** Dando prosseguimento, a conselheira Marcela continua e apresenta a
867 deliberação 81/2016, da qualificação profissional, também fundo a fundo. Desse repasse há um
868 saldo de R\$ 2.470.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil reais). Os municípios ainda
869 continuam sendo pagos, e por este motivo foi solicitada a manutenção do saldo do recurso na
870 linha para prosseguir com a execução do recurso. **Em votação, o Conselho aprovou a**
871 **manutenção do saldo na mesma linha.** Sobre a Deliberação 31/17 e 81/17, do Crescer em
872 Família, acolhimento familiar, há um saldo de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil), com
873 municípios a serem pagos neste exercício. Foi solicitada a manutenção do saldo para efetivação
874 dos repasses. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.**
875 Marcela prossegue agora falando da deliberação 32/17, das cartilhas de acolhimento, afirmando
876 que foi mantido um saldo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Houve um estorno em 2018 de
877 R\$186.150,00 (cento e oitenta e seis e cento e cinquenta reais) para o FIA Geral. Os R\$10.000,00
878 (dez mil reais) ficaram para publicação das cartilhas, e já há a proposta da DAS/DPSE para este
879 fim, motivo pelo qual pede a manutenção do saldo. **Em votação, o Conselho aprovou a**
880 **manutenção do saldo na mesma linha.** Sobre a deliberação das viagens de assessoramento do
881 FIA, havia um saldo, manteve-se R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), e houve o retorno para o FIA
882 Geral de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Os R\$ 50.000,00 (cinquenta mil re ais) foram utilizados
883 para a viagem, logo, não há saldo da deliberação. A Deliberação 44/2013 apresentava várias
884 linhas de ação. Das linhas de ação não estornadas, havia um repasse de um R\$1.863.886,81 (um
885 milhão, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos),
886 que tanto pode ser repasse para município quanto OSC. Para ações intersetoriais de
887 fortalecimento da rede, SEJU + SEED, havia R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
888 A Educação ficou de apresentar projeto, mas não o fez. Para crianças e adolescentes nas
889 comunidades indígenas e quilombolas, ficou de ser elaborado um edital e o saldo é de
890 R\$2.332.598,10 (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e dez
891 centavos). Para enfrentamento à drogadição, o saldo é de R\$ 3.540.000,00 (três milhões,
892 quinhentos e quarenta mil reais). Para apoio a eventos, o saldo é R\$ 531.209,00 (quinhentos e
893 trinta e um mil e duzentos e nove reais). A diferença retornou ao FIA naquele momento, de
894 R\$19.905.270,11 (dezenove milhões, novecentos e cinco mil, duzentos e setenta reais e onze
895 centavos). Do valor que ficou, R\$ 9.236.484,91 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil,
896 quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), havia sido deliberado o valor de
897 R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) já no exercício anterior para o Edital 01, de Eventos, que
898 está separado, portanto o saldo de R\$ 9.236.484,91 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil,
899 quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) está inteiro para ser utilizado. No

900 enfrentamento a drogadição, houve um pedido da manutenção do valor, para juntar com o valor
901 de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) da planilha de estornos, que ficaria R\$ 9.540.000,00
902 (nove milhões, quinhentos e quarenta mil reais) para abrir uma proposta. Para o recurso dos
903 quilombolas, também existe proposta do DEDIHC, que está trabalhando um projeto e foi pedido a
904 manutenção do saldo. O valor de R\$1.863.886,81 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil,
905 oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) também foi solicitada a manutenção pela
906 DPCA, para apresentação de uma proposta. Explica que o apoio a evento todos os anos é
907 deliberado para o CONGRESUL, executado pela ACTOP - ASSOCIAÇÃO DE CONSELHEIROS
908 DO OESTE PARANAENSE. A conselheira Maria Tereza propõe a não manutenção do saldo de
909 R\$9.236.484,91 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e
910 noventa e um centavos), ficando estornado para o FIA Geral, consultando o Plano Decenal e
911 executando o que está nele previsto. As conselheiras Marcela Evangelista e Maria Leolina propõe
912 a manutenção do saldo de R\$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais) para
913 drogadição, para que seja juntado com o valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) da
914 planilha de estornos, estornando a diferença para o FIA Geral. A conselheira Débora Costa e
915 Regina Bley propõe a manutenção do saldo de R\$2.332.598,10 (dois milhões, trezentos e trinta e
916 dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e dez centavos) para projeto voltado a crianças
917 indígenas e quilombolas. A conselheira Angela Mendonça também manifesta pela manutenção do
918 saldo voltado para crianças indígenas e quilombolas. **Em votação: 1) retirada do saldo total de**
919 **R\$9.236.484,91 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro**
920 **reais e noventa e um centavos) da linha: proposta rejeitada . 2) retirada parcial do saldo da**
921 **linha: proposta aprovada, nos seguintes termos: R\$1.863.886,81 (um milhão, oitocentos e**
922 **sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) para repasse**
923 **para municípios e OSC - aprovada a não manutenção do saldo na linha, ficando o recurso**
924 **estornado para o FIA Geral (unânime); R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**
925 **para ações intersetoriais de fortalecimento da rede (SEJU + SEED) - aprovada a não**
926 **manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral (unânime);**
927 **R\$2.332.598,10 (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais**
928 **e dez centavos) para crianças e adolescentes nas comunidades indígenas e quilombolas –**
929 **aprovada a manutenção do saldo na linha (16 votos); R\$ 3.540.000,00 (três milhões,**
930 **quinhentos e quarenta mil reais) para elaboração de um edital para enfrentamento à**
931 **drogadição - aprovada a manutenção do saldo na linha; R\$ 531.209,00 (quinhentos e trinta e**
932 **um mil e duzentos e nove reais) para apoio a eventos – aprovada manutenção do saldo na**
933 **linha.** Com a palavra, o presidente Renann Ferreira propõe em virtude de horário da reunião ter
934 atingido 18h, e considerando que ainda existem 33 (trinta e três) pontos restantes – das linhas 49
935 (quarenta e nove) até a 82 (oitenta e dois) – para serem discutidos e analisados, coloca em

936 votação a proposta da conselheira Ires Damian, pela continuidade da reunião no dia 22 de março
937 de 2019, período da manhã, adianto para o período da tarde a reunião plenária ordinária de
938 março. O conselheiro Rodrigo Bonfim sugere deixar os assuntos remanescentes pendentes, para
939 serem discutidos em reunião extraordinária no mês de abril de 2019. Em votação, foi acolhida a
940 proposta de continuidade da reunião para o dia 22 de março de 2019, às 9h. **2-**
941 **ENCERRAMENTO:** Por fim, não havendo possibilidade de mais assuntos a serem tratados, o
942 presidente Renann Ferreira deu a reunião por encerrada. A presente Ata foi lavrada por Murilo Rodrigues
943 Caldeira, Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do
944 Estado do Paraná, lotado na Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos
945 (DEDIF) e, após sua leitura e aprovação, será publicada no DIOE e disponibilizada no site do
946 CEDCA/PR.

947

948 **Continuidade da Reunião Extraordinária**
949 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**
950 **CEDCA/PR 22/03/2019**

951

952 No vigésimo segundo dia do mês de março de dois mil e dezenove, às 9h, na Sala de Gestão do 7º
953 andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS**, situada no Palácio das
954 Araucárias na Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, Bairro Centro Cívico, nesta Capital, teve início a
955 continuidade da Reunião Extraordinária do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do**
956 **Adolescente (CEDCA-PR), para prestação de contas do FIA e análise das deliberações do**
957 **CEDCA**. Fizeram-se presentes, os seguintes conselheiros: **Conselheiros (as) Governamentais**
958 **(titulares/suplentes):** Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil), Jacqueline Ribas (SEET), Hermínia R. B.
959 Marinho (SETI), Priscila de Albuquerque Maranhão P. Veiga (SEDS), Marcela Evangelista (SEDS), Mário
960 Helio Gomes de Lima (SEEC), David Antônio Pancotti (SEJU), Regina Bergamaschi Bley (SEJU), Cibele
961 Domingues Prado da Luz (SESA). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil (titulares/suplentes):**
962 Débora Cristina dos Reis Costa (Associação Paranaense de Cultura de Curitiba – APC), Dinari de
963 Fátima Estrela (Centro de Nutrição Renascer), Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu); Helio
964 Candido do Carmo (suplente - Guarda Mirim de Foz do Iguaçu); Thiago Alberto Aparecido (APAE Santo
965 Antônio da Platina), Vera Lucia Barletta (Associação Fênix), Rodrigo Silva Bonfim (Associação Hospitalar
966 de Proteção à Infância Doutor Raul Carneiro), Adriano Roberto dos Santos (Associação Antônio e
967 Marcos Cavanis), Maria Tereza Chaves (Associação de Portadores de Fissura Labio-Palatal Cascavel),
968 Ires Damian Scuziatto (Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass-Lions). Também estiveram
969 presentes: Danielle Cristine Cavali Tuoto (Promotora de Justiça); Luciana Linero (Promotora de Justiça
970 MPPR/CAOP), Bruna Saraiva (Advogada OAB/PR); Fernando Redede – Defensoria Pública do Paraná.
971 **1. ABERTURA:** Cumprimentando os presentes, o presidente Renann Ferreira verificado o quorum

972 mínimo, deu início à reunião, agradecendo a presença de todos. Na sequência, retornou-se a
973 apresentação do saldo das deliberações. **2. SALDO DAS DELIBERAÇÕES – CONTINUIDADE:** A
974 conselheira Marcela Evangelista retomou a apresentação dos saldos da deliberações, a começar da
975 linha 50. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar as Deliberações nº 83/13,
976 53/14, 69/14 e 88/14, 107/17, que tratam sobre Conselho Tutelar Referencial – OBRAS. As
977 deliberações atualmente estão em execução, com repasse de recursos aos municípios. A deliberação
978 prevê a construção de 30 (trinta) sedes de conselhos tutelares. Em 2018 foi mantido o saldo de
979 R\$19.425.000,00 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais). Houve empenho de R\$
980 1.763.110,51 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, cento e dez reais e cinquenta e um
981 centavos). Em dezembro/2018 o saldo era de R\$17.661.889,49 (dezessete milhões, seiscentos e
982 sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos). No ano de 2019 deve
983 ser concluída a construção da primeira obra, a Casa do Conselho do Município de Marialva. **Em**
984 **votação, o Conselho aprovou suspensão do saldo até o mês de maio/2019, quando será**
985 **apresentada uma revisão das deliberações pela SEJU/CPCA.** Linha 51. A técnica e conselheira
986 Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação Deliberação nº 119/15, 041/2016, que trata do
987 Edital 03 Conselhos Tutelares. A deliberação atualmente estão em execução, com repasses de
988 recursos para OSC. Foi mantido o saldo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Houve empenho de
989 R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Em dezembro/2018 não havia saldo na linha. **Deliberação já**
990 **encerrada.** Linha 52. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº
991 121/15, que trata sobre Crianças e Adolescentes protegidos, em parceria com a SEJU e SESP. A
992 deliberação atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 2.980.108,07 (dois milhões,
993 novecentos e oitenta mil, cento e oito reais e sete centavos). Não houve empenho em 2018. Em
994 dezembro/2018 o saldo era de R\$ 2.980.108,07 (dois milhões, novecentos e oitenta mil, cento e oito
995 reais e sete centavos). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.**
996 Linha 53. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 052/2016
997 (saldo 65/14), que trata sobre Programas de Aprendizagem. A deliberação atualmente está em
998 execução, com repasse de recursos para municípios. Foi mantido o saldo de R\$ 6.507.362,37. Houve
999 empenho de R\$ 3.724.776,98 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e seis
1000 reais e noventa e oito centavos). Em dezembro/2018 o saldo era de R\$ 2.782.585,39 (dois milhões,
1001 setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos). **Em votação,**
1002 **o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 54. A técnica e conselheira
1003 Marcela Evangelista passou a abordar as Deliberações Nº 056/2016 e 07/2017, que tratam sobre
1004 Encontros Regionais para o fortalecimento do enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes
1005 e suas família. As deliberações atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 1.000.000,00
1006 (um milhão de reais). Nãoou houve empenho, permanecendo em dezembro/2018 o saldo de
1007 R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na**

1008 **mesma linha.** Linha 55. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar as Deliberações
1009 nº 059/2016 e 64/16, que trata sobre (Marco Legal 1ª Inf) -“Unidade Materno Infantil da Penitenciária
1010 Feminina do Paraná” da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária –
1011 Departamento de Execução Penal do Paraná. As deliberações atualmente estão em execução. Foi
1012 mantido o saldo de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Não houve empenho em 2018.
1013 Em dezembro/2018 o saldo era de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). **Em votação, o**
1014 **Conselho aprovou a não manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA**
1015 **Geral.** Linha 56. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 60/16
1016 (saldo del. 19/15), que trata sobre o projeto Agente de Leitura 2016 , da SEEC. A deliberação
1017 atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 1.552.250,00 (um milhão, quinhentos e
1018 cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais). Não houve empenho em 2018. Em dezembro/2018 o
1019 saldo era de R\$1.552.250,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).
1020 **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 57. A técnica e
1021 conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 64/16 que trata sobre a Primeira
1022 Infância (Del. 96/18), onde vários saldos compõe a Deliberação. A técnica explica que foram
1023 mantidos R\$ 2.313.612,98 (dois milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e doze reais e noventa
1024 e oito centavos) para ações da primeira infância, e R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil
1025 reais) para Fortalecimento das Redes de Proteção no Estado do Paraná, com vistas a redução do
1026 abandono escolar. Do saldo da deliberação, o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos
1027 mil reais) retornaria para FIA Geral Livre. A deliberação atualmente está em execução. Não houve
1028 empenho em 2018 e o saldo em dezembro/2018 era de R\$ 3.613.612,98 (três milhões, seiscentos e
1029 treze mil, seiscentos e doze reais e noventa e oito centavos). **Em votação, o Conselho aprovou**
1030 **suspensão do saldo até o mês de maio/2019.** Linha 58. A técnica e conselheira Marcela Evangelista
1031 passou a abordar a Deliberação nº 66/16 e 64/16, que trata sobre o Projeto Estação Casa - APC. A
1032 deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de
1033 reais). Não houve empenho em 2018 e o saldo em dezembro/2018 continuou sendo R\$ 1.000.000,00
1034 (um milhão de reais). Em votação, **Em votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo na**
1035 **linha, com estorno do recurso para o FIA Geral.** Linha 59. A técnica e conselheira Marcela
1036 Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 067/2016 e 64/16 (Marco Legal 1ª Inf) que trata sobre
1037 “Cirurgia Fetal do Hospital de Clínicas – Inovação via SUS no Sul do Brasil” da Associação dos Amigos
1038 do Hospital de Clínicas - AAHC. A deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de
1039 R\$999.007,02 (novecentos e noventa e nove mil, sete reais e dois centavos). Não houve empenho em
1040 2018 e o saldo em dezembro/2018 permaneceu R\$999.007,02 (novecentos e noventa e nove mil, sete
1041 reais e dois centavos). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.**
1042 Linha 60. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 068/2016 e
1043 64/16 (Marco Legal 1ª Inf), que trata sobre programa “Natação Para Todos” da Universidade Estadual

1044 de Londrina - UEL. A deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 187.380,00
1045 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta reais), que permaneceu no mesmo valor em dezembro/2018,
1046 tendo em vista não ter havido empenho. **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo**
1047 **na mesma linha.** Linha 61. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a
1048 DELIBERAÇÃO Nº 074/2016 - I, que trata sobre Congresso Estadual de Enfrentamento às Violências
1049 contra Crianças e Adolescentes: Formas de Expressão da Violência na Contemporaneidade” Social. A
1050 deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).
1051 Em 2018 não houve empenho, mas foi feito o estorno de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o
1052 saldo da Deliberação 05/16 – deliberação 10/2018. Em dezembro/2018 não havia saldo na linha.
1053 **Deliberação já encerrada.** Linha 62. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a
1054 Deliberação nº 096/2016, que trata sobre Fortalecimento da Rede Socioassistencial. A deliberação
1055 atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Não
1056 houve empenho e o saldo em dezembro/2018 era de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). **Em**
1057 **votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 63. A técnica e
1058 conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 097/2016, que trata sobre Reserva
1059 PPCAM. A deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$6.000.000,00 (seis
1060 milhões de reais). Não houve empenho em 2018 e o saldo permaneceu R\$6.000.000,00 (seis milhões
1061 de reais). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 64. A
1062 técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 003/2017 (64/16 e
1063 94/16), que trata sobre Edital 006/17 de Chamamento Público Pessoa com Deficiência. A deliberação
1064 atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 6.953.022,00 (seis milhões, novecentos e
1065 cinquenta e três mil, vinte e dois reais) e houve empenho de R\$ 3.797.521,01 (três milhões, setecentos e
1066 noventa e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e um centavo), ficando saldo em dezembro/2018 de
1067 R\$3.155.500,99 (três milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos reais e noventa e nove
1068 centavos). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 65. A
1069 técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 004/2017, que trata sobre
1070 Edital 04/17 Chamamento Público Infraestrutura - Bens Móveis. A deliberação atualmente está em
1071 execução. Foi mantido o saldo de R\$ 6.335.295,00 (seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos
1072 e noventa e cinco reais), e feito empenho de R\$ 2.829.200,83 (dois milhões, oitocentos e vinte e nove
1073 mil, duzentos e noventa e cinco reais). Em dezembro/2018 o saldo era de R\$ 3.506.094,17 (três
1074 milhões, quinhentos e seis mil, noventa e quatro reais e dezessete centavos). **Em votação, o Conselho**
1075 **aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 66. A técnica e conselheira Marcela
1076 Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 008/2017, que trata sobre Projeto Educação Infantil -
1077 CEDM/PR. A deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 11.324,20 (onze
1078 mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos). Não houve empenho e o saldo em dezembro/2018
1079 permanece R\$ 11.324,20 (onze mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos). **Em votação, o**

1080 **Conselho aprovou a suspensão do saldo até o mês de maio/2019.** Linha 67. A técnica e conselheira
1081 Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 011/2017, que trata sobre Publicações Plano
1082 Decenal. A deliberação atualmente estão em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 300.000,00
1083 (trezentos mil reais) e houve empenho de R\$ 96.302,00 (noventa e seis mil trezentos e dois reais). Em
1084 dezembro/2018 o saldo era de R\$ 203.698,00 (duzentos e três mil, seiscentos e noventa e oito reais).
1085 **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha, para utilização em**
1086 **publicações.** Linha 68. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº
1087 037/2017, que trata sobre projeto do Teatro Guaíra. A deliberação atualmente está em execução. Foi
1088 mantido o saldo de R\$999.200,00 (novecentos e noventa e nove mil e duzentos reais). Não houve
1089 empenho e o saldo em dezembro/2018 o saldo permaneceu R\$ 999.200,00 (novecentos e noventa e
1090 nove mil e duzentos reais). **Em votação, o Conselho aprovou a suspensão do saldo até o mês de**
1091 **maio/2019.** Linha 69. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº
1092 049/2017 (16/11 E 25/11), que trata sobre Laboratório de Arte Forense - SESP. A deliberação
1093 atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$ 248.120,00 (duzentos e quarenta e oito mil,
1094 cento e vinte reais). Não houve empenho e o saldo em dezembro/2018 permaneceu R\$ 248.120,00
1095 (duzentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais). **Em votação, o Conselho aprovou a não**
1096 **manutenção do saldo na linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral.** Linha 70. A técnica e
1097 conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 057/2017 (saldo del. 114/14 e
1098 103/15), que trata da publicação do “Caderno Orientativo para o Trabalho Intersetorial para o
1099 Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes”. A deliberação atualmente está em
1100 execução. Foi mantido o saldo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Houve empenho de R\$
1101 132.050,00 (cento e trinta e dois mil e cinquenta reais). Em dezembro/2018 o saldo era de R\$ 67.950,00
1102 (sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção**
1103 **do saldo na mesma linha, para utilização em publicações.** Linha 71. A técnica e conselheira Marcela
1104 Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 060/2017 (saldo del. 19/15), que trata sobre
1105 Capacitação de adolescentes para participar do CEDCA. A deliberação atualmente está em execução.
1106 Foi mantido o saldo de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Em 2018 foi aprovado recurso
1107 no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Não houve empenho e o saldo em dezembro/2018 era
1108 de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Em votação, **Em votação, o Conselho aprovou**
1109 **a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 72. A técnica e conselheira Marcela Evangelista
1110 passou a abordar a Deliberação nº 064/2017, que trata sobre Diagnósticos e Pesquisas. A deliberação
1111 atualmente está em execução. O edital está em fase de finalização por parte da Comissão de Pesquisa.
1112 Foi mantido o saldo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Não houve empenho e o saldo em
1113 dezembro/2018 permaneceu R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). **Em votação, o Conselho**
1114 **aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 73. A técnica e conselheira Marcela
1115 Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 084/2017 E 45/2018, que trata sobre Qualificação

1116 Profissional - SEJU. A deliberação atualmente está em execução. O saldo da deliberação era de R\$
1117 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) e teve um empenho em 2018 de R\$ 4.090.717,19
1118 (quatro milhões, noventa mil, setecentos e dezessete reais e dezenove centavos). Em fevereiro/2019 o
1119 saldo da deliberação, de R\$209.282,81 (duzentos e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e
1120 um centavos) foi mantido na linha, sendo direcionado para o programa Aproximando Famílias. Linha 74.
1121 A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 096/2017, que trata
1122 sobre a Campanha de Enfrentamento às Diversas Formas de Violências Contra Crianças e
1123 Adolescentes no Estado do Paraná. A deliberação atualmente está em execução. Foi mantido o saldo
1124 de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Houve empenho de R\$ 1.390.650,69 (um
1125 milhão, trezentos e noventa mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos). Em
1126 dezembro/2018 o saldo era de R\$ 109.349,31 (cento e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e
1127 trinta e um centavos). **Em votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo na mesma**
1128 **linha, ficando o recurso estornado para o FIA Geral**. Linha 75. A técnica e conselheira Marcela
1129 Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 107/17 , que trata sobre Fortalecimento dos Conselhos
1130 Tutelares. A deliberação atualmente está em execução. Foi mantido o saldo de R\$23.180.000,00 (vinte e
1131 três milhões, cento e oitenta mil reais). Em 2018 a linha recebeu saldo de R\$ 122.200,00 (cento e vinte e
1132 dois mil e duzentos reais). Em 2018 houve empenho de R\$17.328.912,97 (dezessete milhões, trezentos
1133 e vinte e oito mil, novecentos e doze reais e noventa e sete centavos). Em dezembro/2018 o saldo era
1134 de R\$ 5.973.287,03 (cinco milhões novecentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e três
1135 centavos).**Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha**. Linha 76. A
1136 técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 11/2018, que trata
1137 sobre Publicações da ONU. A deliberação atualmente está em execução. Em 2018 foi aprovado o
1138 recurso de R\$4.525,00 (quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais). Em 2018 não houve empenho
1139 e o saldo permaneceu R\$4.525,00 (quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais). **Em votação, o**
1140 **Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha**. Linha 77. A técnica e conselheira
1141 Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação 28/18, que trata sobre Republicação Cartilha
1142 Família Acolhedora. A deliberação atualmente está em execução. Em 2018 foi aprovado recurso de R\$
1143 5.000,00 (cinco mil reais). Em 2018 não houve empenho e o saldo permaneceu R\$ 5.000,00 (cinco mil
1144 reais). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha**. Linha 78. A
1145 técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação nº 35/18, que trata sobre
1146 Material Gráfico campanha "Não Engula o Choro". A deliberação atualmente está em execução. Em
1147 2018 foi aprovado recurso de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Em 2018 não houve empenho e o saldo
1148 permaneceu R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Em votação, o Conselho aprovou a manutenção do**
1149 **saldo na mesma linha**. Linha 79. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a
1150 Deliberação 72/18, que trata sobre o SICRIDE Crianças Protegidas. A deliberação atualmente está em

1151 execução. Em 2018 foi aprovado recurso de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Como não houve
1152 empenho, o saldo em dezembro/2018 permaneceu R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). **Em**
1153 **votação, o Conselho aprovou a não manutenção do saldo na mesma linha, ficando o recurso**
1154 **estornado para o FIA Geral.** Linha 80. A técnica e conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a
1155 Deliberação Nº 057/2016 e 105/2018, que trata sobre a Capacitação PETI. A deliberação atualmente
1156 está em execução. A linha recebeu saldo de outras deliberações em 2018, no valor de R\$ 890.540,00
1157 (oitocentos e noventa mil, quinhentos e quarenta reais). Em 2018 não houve empenho e o saldo
1158 permaneceu no valor de R\$ 890.540,00 (oitocentos e noventa mil, quinhentos e quarenta reais). **Em**
1159 **votação, o Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha.** Linha 81. A técnica e
1160 conselheira Marcela Evangelista passou a abordar a Deliberação 057/2016 e 106/2018, que trata sobre
1161 a Campanha Carnaval 2019. A deliberação atualmente está em execução. A linha recebeu saldo de
1162 outras deliberações em 2018, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Em 2018 não houve
1163 empenho e o saldo permaneceu no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **Em votação, o**
1164 **Conselho aprovou a manutenção do saldo na mesma linha, para ser utilizado em campanhas de**
1165 **trabalho infantil previstas no Plano Decenal.** Por fim, na Linha 82, a técnica e conselheira Marcela
1166 Evangelista informou os valores de estorno das deliberações encerradas, totalizando R\$ 235.255,80
1167 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos). **Em votação, o**
1168 **Conselho aprovou a não manutenção do saldo, ficando o recurso estornado para o FIA Geral.** A
1169 técnica finalizou a leitura da planilha de deliberações em andamento, ficando esgotado o ponto do saldo
1170 das deliberações. **2- ENCERRAMENTO:** Por fim, não mais assuntos a serem tratados, o presidente
1171 Renann Ferreira deu a reunião por encerrada. A presente Ata foi lavrada por Murilo Rodrigues Caldeira,
1172 Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do
1173 Paraná, lotado na Divisão de Apoio aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos (DEDIF) e,
1174 após sua leitura e aprovação, será publicada no DIOE e disponibilizada no site do CEDCA/PR.